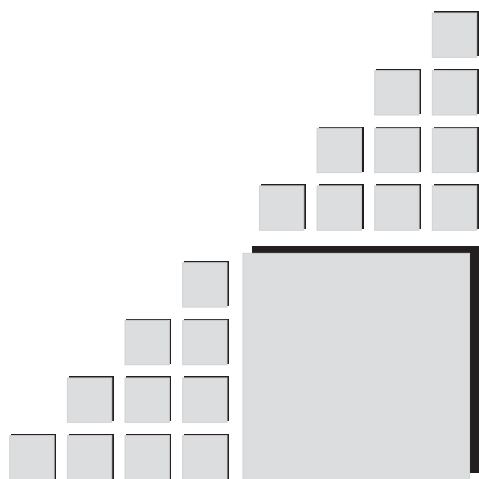


GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO - SEP
INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES - IJSN

Espírito Santo – 2009

PANORAMA ECONÔMICO



AGOSTO 2009

Sumário Executivo

O desempenho da economia mundial no segundo trimestre de 2009 deve ser avaliado sob a ótica da estabilização da crise financeira internacional. O ritmo de contração nas economias desenvolvidas vem desacelerando de forma expressiva, ao mesmo tempo em que ocorre a expansão da produção nos países emergentes, mesmo que a partir de patamares bastante deprimidos. Os principais indicadores de atividade econômica sugerem que, após três trimestres de declínio, a economia global inicia uma fase de recuperação, com os países demonstrando sinais de retomada de crescimento, ainda que em ritmo lento.

A última atualização do *World Economic Outlook* (julho de 2009), do Fundo Monetário Internacional (FMI), afirma que a economia global finalmente parece estar saindo do período recessivo em que se encontrava. Entretanto, de acordo com o documento, o processo de recuperação mundial será lento e gradual, apresentando considerável grau de heterogeneidade entre os países afetados pela crise iniciada nos Estados Unidos, em finais de 2007. Em particular, foram feitas revisões das projeções de crescimento para a maioria dos países analisados: destaca-se a revisão da projeção de crescimento mundial para 2010, que aumentou em 0,6 ponto percentual, para 2,5%. A tabela 1 abaixo contém revisões em relação às projeções feitas em abril, para países selecionados:

Tabela 1 - Revisão das Expectativas do FMI
Variação em relação a Abril de 2009

	2009	2010
Mundo	-0,1	0,6
Economias Avançadas	0,0	0,6
Estados Unidos	0,2	0,8
Zona do Euro	-0,6	0,1
Japão	0,2	1,2
Reino Unido	-0,1	0,6
Canadá	0,2	0,4
Países Emergentes	-0,1	0,7
China	1,0	1,0
Índia	0,9	0,9
Brasil	0,0	0,3
Rússia	-0,5	1,0

Fonte: FMI

Elaboração: IJSN - Coordenação de Estudos Econômicos

Apesar de terem ocorrido algumas revisões para baixo das projeções para 2009, ocorreram revisões para cima em todos os casos, no que se refere ao crescimento de 2010 (ver ainda, a seção de Expectativas do presente *Panorama*). Basicamente, isso confirma o diagnóstico de que o crescimento da maior parte dos países do mundo deve ser negativo em 2009, com a recuperação ocorrendo, de fato, a partir do próximo ano. Por outro lado, esses resultados indicam que as ações de política econômica adotadas pelos governos, desde o início do período recessivo, como a concessão de estímulos monetários, creditícios e fiscais de enormes proporções e a intervenção em larga escala nos mercados financeiros foram capazes de reverter o quadro de pânico e de forte contração da atividade econômica, gerando efeitos positivos na recuperação da economia global.

A economia norte-americana, epicentro da crise financeira, registrou, no segundo trimestre deste ano, uma desaceleração no ritmo de queda do PIB trimestral, passando de -6,4% no primeiro trimestre de 2009 para uma queda de -1%, no segundo (taxas de variação trimestral dessazonalizadas e anualizadas). Na Europa, o ritmo de queda desacelerou de quase -10% anualizados no primeiro trimestre, para -0,5% no segundo. A partir desse desempenho, passou-se a conjecturar sobre a proximidade do fim da crise econômica. Entretanto, ainda que pareça claro que o pior já teria ficado para trás, o PIB não é a única variável econômica que se deve avaliar para poder declarar a reversão do ciclo econômico. Também deve ser observada a evolução de outras variáveis, como o nível de desemprego, a produção industrial, as vendas do comércio varejista e o rendimento real dos trabalhadores, por exemplo. Além disso, embora a solidez do sistema financeiro tenha aumentado muito com as intervenções do governo, ainda existem riscos não desprezíveis em mercados como os de hipotecas comerciais e de cartões de crédito, por exemplo.

Um aspecto adicional refere-se à intensidade da recuperação. Diante da necessidade de as famílias recompor seus níveis de poupança e frente à profundidade da crise no sistema financeiro, parece provável que tanto a demanda quanto a oferta de crédito se recuperem em ritmo bem mais lento do que em outros episódios recessivos do passado. Mais importante ainda, a atual retomada está fortemente influenciada pelas expansões monetária e fiscal que, no momento em que forem revertidas, tendem a retirar parte do impulso inicial. Nessa perspectiva, há preocupação quanto a pressões inflacionárias no futuro, decorrentes do excesso de liquidez injetada na economia pelo banco central norte-americano, o *Federal Reserve Board* (FED), assim como riscos associados aos níveis extremamente elevados que o déficit fiscal vem alcançando, superiores a 10% do PIB. Em ambos os casos, a consequência é que as taxas de juros de longo prazo mantêm-se em níveis relativamente altos, o que tende a amortecer parcialmente o impulso derivado das políticas monetária e fiscal.

Frente a essas incertezas, proliferam análises divergentes quanto ao ritmo da recuperação – com o padrão projetado eventualmente associado a letras do alfabeto: “V”, para uma recuperação rápida; “U”, para uma recuperação gradual, com um período relativamente longo de taxas de crescimento baixas; “L” para caracterizar um período longo de estagnação; e, “W” (ou “WWW”), para caracterizar um processo de recuperação instável, sujeito a novos períodos de queda da atividade econômica.

Inicialmente, diante da magnitude do problema financeiro e do ceticismo quanto à capacidade de as políticas públicas reverterem o processo de deterioração econômica, imaginava-se um curso de recuperação com formato de L, em que se previa um ambiente recessivo por cerca de três anos. Mais recentemente, diante da mobilização de recursos por parte dos governos em escala global para reverter a crise, passou-se a enxergar uma recuperação com formato de U, o que caracteriza um movimento gradual de retomada. Por fim, alguns analistas, como o economista Nouriel Roubini, projetam uma recuperação em W, que aponta para uma retomada lenta e gradual nos Estados Unidos neste e no próximo ano, havendo inclusive a possibilidade de uma recaída antes que o crescimento se consolide novamente. Nessa perspectiva, a recuperação de taxas positivas de crescimento do PIB norte americano esperadas para os próximos trimestres não deve ser vista como o único indício de superação do período recessivo, uma vez que outros fatores, como variações no preço do petróleo, poderiam levar a economia a um mergulho em formato de W, ainda no final do ano de 2010 e/ou início de 2011.

Em relação à China, o crescimento do PIB de cerca de +8% no segundo trimestre em relação a igual período de 2008 mostra os primeiros sinais de aceleração, após taxa de +6% no primeiro trimestre. Esse desempenho, que tende a se acentuar nos próximos trimestres, reflete o impacto das medidas de expansão monetária, via forte ampliação do crédito, e fiscais, por meio de um programa de gastos públicos, principalmente investimentos em infraestrutura, de US\$ 585 bilhões – equivalente a cerca de 12% do PIB – para ser implementado ao longo dos anos de 2009 e 2010.

A produção industrial e as vendas do comércio já voltaram a crescer a taxas robustas em julho (+10,8% e +15,2%, respectivamente, na comparação interanual), mesmo diante da queda superior a 20% das exportações. Os investimentos em capital fixo, por sua vez, aumentaram cerca de 30%, o que demonstra que a política anticíclica tem alcançado seu objetivo básico. Vale destacar que o aumento da atividade econômica na China vem produzindo efeitos significativos sobre outros países – principalmente na própria Ásia, conforme é o caso de Japão e Coréia do Sul, mas também nas economias em que as exportações baseadas em recursos naturais são importantes, como o Brasil. Um desses efeitos aparece no comportamento do índice geral de preços das *commodities* (CRB Index), que apresentou, no segundo trimestre deste ano, uma elevação de 9,4%, em relação ao primeiro trimestre, embora ainda se mantenha cerca de 20% abaixo do pico observado antes da crise.

Na economia brasileira, a forte reversão da trajetória de crescimento no último trimestre do ano passado e primeiro trimestre deste ano foi acompanhada por uma acentuada deterioração nas expectativas de empresários e consumidores com relação ao cenário econômico futuro. Entretanto, a partir da análise dos dados divulgados neste segundo trimestre de 2009, observou-se a retomada da confiança dos agentes, com resultados positivos sobre diversos segmentos econômicos.

Dentre os pontos que justificam essa melhora das expectativas, destaca-se o fato de que a consolidação do arcabouço de política econômica no período posterior a 1999 permitiu a implementação de políticas anticíclicas que amorteceram os efeitos do choque externo e impediram uma deterioração mais significativa do quadro econômico. Por um lado, deve-se destacar que o sistema financeiro brasileiro não apresentava vulnerabilidades semelhantes às que detonaram a crise nos Estados Unidos, a qual foi amplificada por problemas semelhantes na Europa. Por outro, a credibilidade conquistada pelo Banco Central no contexto do regime de metas de inflação permitiu um relaxamento da política monetária, que aliviou as restrições de crédito e possibilitou uma redução inédita da taxa de juros, que, em termos reais esperados, encontra-se abaixo de 5% a.a., patamar jamais observado em um quadro de inflação declinante. Por fim, o esforço fiscal dos últimos dez anos possibilitou ações de desoneração tributária e aumentos de gastos que certamente vêm contribuindo para a sustentação da demanda agregada em um contexto de forte redução das exportações e dos investimentos – embora a concentração do aumento de gastos em despesas correntes, e não em investimentos públicos, seja motivo de preocupação, dado que os gastos correntes tendem a ser permanentes.

A retomada do crescimento no país deverá ocorrer a partir de uma redução na ociosidade dos fatores de produção (capital e trabalho), com a economia brasileira tendo a vantagem relativa de possuir um componente auto acelerador desse crescimento, ausente nos demais países do mundo. No caso, esse componente equivale à redução recente das taxas de juros no país, que a partir do estímulo positivo que tende a exercer sobre o nível de investimentos, pode dar início a um processo virtuoso de recuperação da economia nacional. Em contrapartida, no período posterior ao segundo semestre de 2008, apesar da produção industrial brasileira ter seguido a trajetória de queda das demais economias do mundo, o consumo nacional apresentou um desempenho nitidamente melhor, em termos comparativos, com uma recuperação superior a países como Estados Unidos, Japão e diversos países europeus.

Em termos de crescimento econômico, as estimativas do FMI para o Brasil estão em torno de uma queda de -1,3%, para o ano de 2009. Embora essa projeção não seja tão otimista quanto as estimativas para a China (+6,5%) e a Índia (+4,5%), ainda estão consideravelmente melhores do que as estimativas para países como a Rússia (-6%), Turquia (-5%) e México (-3,7%), por exemplo. Vale notar que o consenso captado pela sondagem semanal *Focus*, do Banco Central, aponta para um percentual de queda ainda menor para o PIB brasileiro em 2009: -0,3%.

De fato, há uma série de indicadores econômicos que apontam para perspectivas otimistas, no caso brasileiro. Por exemplo, em maio deste ano, o país recebeu US\$ 2,75 bilhões em investimento estrangeiro direto (IED), uma quantia cerca de duas vezes superior ao montante recebido no mesmo mês do ano de 2008. Uma vantagem desse investimento é que ele está diretamente relacionado ao setor produtivo da economia. Por outro lado, em termos de reservas internacionais, o Brasil possuía, em junho, cerca de US\$ 205,5 bilhões, quantia pouco inferior em relação à quantidade de reservas disponíveis em setembro de 2008 (US\$ 207 bilhões), data do início da crise no país.

Uma pesquisa recente, a *World Investment Prospects Survey*¹, da Organização das Nações Unidas (ONU), relacionada a perspectivas de investimento mundial para os anos de 2009 a 2011, apontou o Brasil como o 4º melhor país do mundo para se investir no momento, ficando atrás apenas de China, Estados Unidos e Índia, países que ocuparam o primeiro, segundo e terceiro lugares, respectivamente. Adicionalmente, espera-se que, ao final deste ano, o Brasil tenha, pela primeira vez em dez anos, um déficit comercial com os Estados Unidos, o que pode ser visto como um sinal de expansão da economia nacional *vis-à-vis* a economia norte americana.

O país também tem apresentado um bom desempenho na área fiscal. Em termos da relação dívida líquida/PIB, a participação da dívida pública no produto nacional está projetada para algo em torno de 42,3%. Esse mesmo número é consideravelmente maior para outros países, sendo cerca de 115% para o Japão, 78% para a Alemanha e 70%, para os Estados Unidos. Por outro lado, o déficit público nominal brasileiro, outra medida de desempenho fiscal, deve ficar em torno de 3% do PIB em 2010, ao passo que os valores projetados para o Japão, a Alemanha e os Estados Unidos são 9,8%, 6,1% e 10,9%, respectivamente.

Vale ressaltar que a atuação do governo federal na implementação de políticas anticíclicas é um fator que tem cumprido um papel importante para suavizar os efeitos da crise em nível nacional. Medidas como a manutenção da redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), por exemplo, tem gerado estímulos para o bom desempenho do comércio varejista, mais particularmente, nos setores de Veículos e Eletrodomésticos. Adicionalmente, ocorreram ações de política fiscal do governo como, por exemplo, a ampliação de programas de financiamento habitacional e o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que causaram efeitos positivos principalmente no setor da construção civil, um setor conhecido pelos efeitos que costuma gerar em termos de aumento do emprego. A implementação dessas ações de política fiscal constitui um ponto fundamental à recuperação econômica, uma vez que exercem efeito direto sobre a demanda interna.

Pelo lado da política monetária, o governo também tem implementado medidas visando restaurar a liquidez da economia, como, por exemplo, a redução da taxa de juros básica SELIC, para o patamar de 8,75% a.a. Adicionalmente, foi reduzida a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), com essa taxa indo de 6,25% ao ano para 6%, menor valor da história. Essa é a taxa de juros cobrada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES) em seus empréstimos, voltados para projetos de longo prazo. O governo comprometeu-se ainda com um aumento de R\$ 100 bilhões para o *funding* do BNDES, visando cobrir alguma eventual lacuna na oferta de crédito pelo setor financeiro privado. No mesmo sentido, os bancos públicos intensificaram a concessão de crédito, e responderam por ¾ do aumento de 6,3 pontos percentuais do PIB observado entre outubro de 2008 e julho de 2009.

¹ Disponível em: http://www.unctad.org/en/docs/diaeia20098_en.pdf.

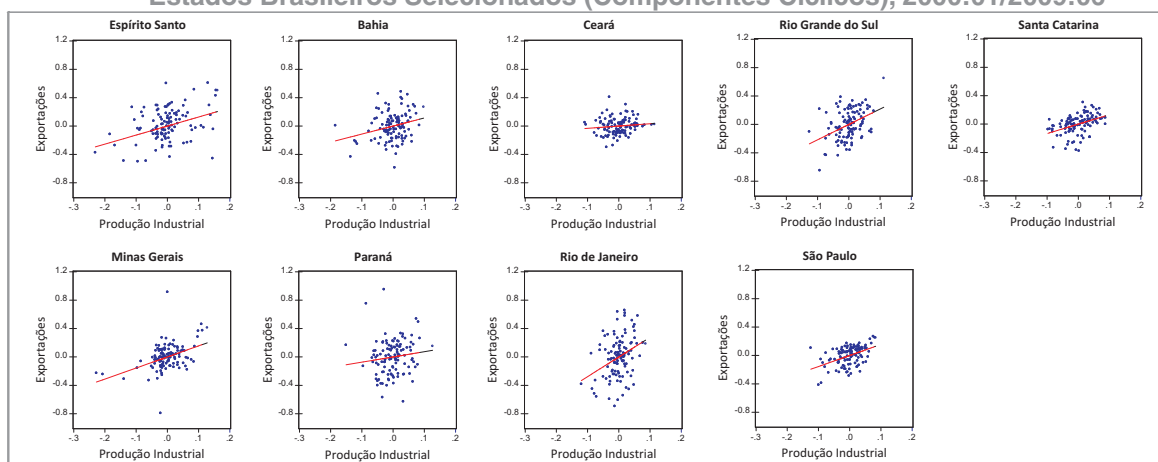
A mudança no patamar dos juros e a recuperação da oferta de crédito, após contração no último trimestre do ano passado, tendem a afetar positivamente as expectativas dos agentes, melhorando o nível de confiança dos consumidores e aumentando a demanda por novas concessões de crédito. Em particular, a eficácia das ações de política monetária implantadas no Brasil está diretamente relacionada a um maior grau de atuação do Banco Central (Bacen), por conta da forte regulamentação financeira existente no país. Os bancos brasileiros, mesmo com o abalo da crise financeira nas economias globais, apresentam um cenário favorável de crescimento no longo prazo, devido ao ambiente regulado em que operam, à demanda interna existente e a sua situação patrimonial atual, uma vez que, segundo o Bacen, alguns desses bancos encontram-se em melhor situação financeira hoje do que no período anterior à crise².

Por seu turno, a economia do Espírito Santo, por apresentar um maior grau de abertura ao mercado externo, quando comparada às demais unidades da federação, ainda não apresenta os mesmos sinais de recuperação que a economia brasileira que, desde o começo da crise, voltou-se para o desenvolvimento do mercado interno.

Um estudo de 2003 corrobora esse fato³: dentre todas as unidades da federação, o Espírito Santo é o estado que apresenta o maior grau de abertura ao exterior, com um coeficiente de abertura de 60,8. Basicamente, isso equivale a dizer que, a cada US\$ 100 de transações realizadas no Estado, cerca de US\$ 61 estão relacionados a atividades voltadas ao exterior. De fato, dada a época de publicação desse estudo, é bem provável que esse coeficiente de abertura tenha até mesmo aumentado.

Em particular, é possível constatar empiricamente esse padrão de dependência externa do estado. O gráfico 1 abaixo contém diagramas de dispersão relacionando séries de produção industrial e exportações para alguns estados brasileiros selecionados, ao longo do período 2000:01/2009:06 (dados mensais):

Gráfico 1 - Quantidade Exportada e Produção Industrial
Estados Brasileiros Selecionados (Componentes Cíclicos), 2000:01/2009:06



Fonte: IBGE – PIM-PF e AliceWeb

Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos

Obs.: os dados utilizados na construção dos diagramas de dispersão equivalem aos componentes cíclicos das séries, obtidos a partir do uso do filtro Hodrick-Prescott, com parâmetro de suavização correspondente a 14.400, comum no caso de dados mensais.

² Guerrero, A. Profiting From Prudence. *Global Finance*. jul/ago 2009. p. 29-31.

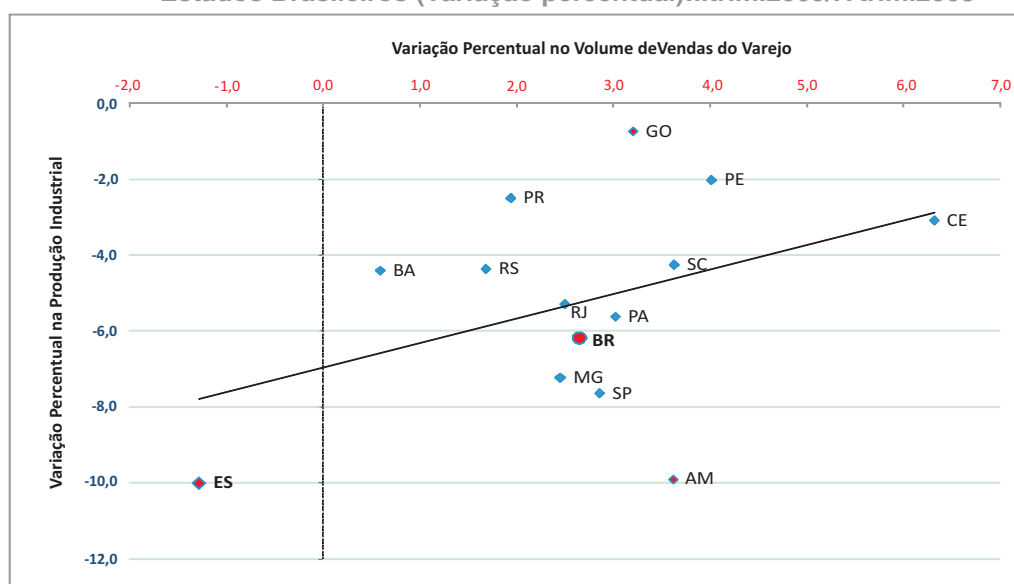
³ Souza, N.J. Abertura comercial e crescimento dos estados brasileiros, 1991/2000. *Teoria e Evidência Econômica*, v.11, n.21, p.41-61, nov.2003.

A interpretação do gráfico acima é a seguinte: quanto mais inclinada for a reta vermelha, construída a partir de uma metodologia específica ("método de mínimos quadrados ordinários"; MQO), maior será a associação entre as variáveis descritas nos eixos horizontal e vertical. Assim, uma reta bastante inclinada indicaria um forte grau de associação linear entre as variáveis "produção industrial" e "exportações", ao passo que uma reta pouco inclinada indicaria um baixo grau de associação linear.

Conforme é possível notar a partir da inspeção do gráfico acima, o Espírito Santo, juntamente com os estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, apresenta um alto grau de associação linear entre as variáveis supracitadas, fato que corrobora seu alto grau de dependência externa. Ou seja, no caso desses estados, variações nas exportações tendem a gerar variações no nível de atividade (medida via produção industrial) no mesmo sentido.

O gráfico 2, por sua vez, equivale a um diagrama de dispersão relacionando a variação percentual na produção industrial com a variação percentual no volume de vendas do varejo para os estados brasileiros, ao longo do período compreendido entre o quarto trimestre de 2008 e o primeiro semestre de 2009 (dados trimestrais). Esse período amostral foi escolhido como forma de ressaltar os efeitos da crise internacional recente sobre as variáveis consideradas.

Gráfico 2 - Vendas no Varejo e Produção Industrial
Estados Brasileiros (Variação percentual):Itrim.2009/IVtrim.2008



Fonte: IBGE – PIM-PF e PMC
Elaboração: IJSN – Coordenação de Estudos Econômicos

Apesar das variações negativas ocorridas nos índices de produção industrial considerados, é possível notar a existência de uma relação positiva entre o nível de atividade dos estados (medido via produção industrial) e vendas no varejo, ao longo do período considerado. Em particular, a maioria dos estados considerados parece adequar-se relativamente bem a essa regra.

Alguns estados, no entanto, acabam apresentando um padrão destoante. O estado do Goiás, por exemplo, encontra-se situado a uma distância considerável da reta que representa o melhor ajuste em relação aos dados, de acordo com o método MQO. No caso desse estado, é possível verificar a ocorrência simultânea de uma pequena variação negativa na produção industrial (-0,8%), associada a uma variação positiva em vendas no varejo (+3,2%). Os estados do Amazonas e do Espírito Santo também apresentam comportamentos destoantes em relação aos demais. Vale notar que, de acordo com o estudo de 2003 supracitado, esses estados apresentam o maior grau de abertura ao exterior. No caso do Amazonas, é possível observar uma variação negativa no índice de produção industrial (-9,9%) associada a uma variação positiva nas vendas (+3,6%). O Espírito Santo, por sua vez, apresenta um valor semelhante para o índice de produção industrial (-10%), embora seja o único estado da amostra que apresenta uma contração em suas vendas no varejo (-1,3%). As razões subjacentes ao comportamento do setor varejista capixaba ainda não estão totalmente claras e merecem uma investigação mais cuidadosa, posto que o setor de varejo é um dos principais setores capazes de sustentar a economia no curto prazo.

De acordo com os resultados contidos nos gráficos supracitados, é possível notar a ocorrência de um padrão comum entre as exportações estaduais e o índice de produção industrial capixaba, assim como a existência de certo grau de associação linear entre exportações, produção industrial e vendas reais. Em última instância, é possível inferir que existe, de fato, um elo empírico entre o setor externo e a economia capixaba, o que, conforme dito acima, torna essa economia mais vulnerável a acontecimentos no mercado internacional do que as demais unidades da federação.

Dada a importância do comércio exterior para a economia capixaba, nota-se que mudanças no ambiente externo tendem a impactar diretamente sobre o desempenho local. Assim, ao passo que ocorreu um recuo das exportações capixabas até maio de 2009, essa tendência acabou sendo revertida no mês seguinte, por conta de uma nítida melhora no cenário externo como um todo. Em particular, vale à pena destacar dois fatos relacionados ao comércio exterior do Estado: primeiro, o aumento da importância relativa da China como parceiro comercial do Espírito Santo, *vis-à-vis* os Estados Unidos; segundo, a constatação de novos destinos para as exportações capixabas, como a Holanda e a Arábia Saudita, que se encontram atualmente entre os cinco principais países para onde são direcionadas as exportações estaduais. No caso específico da Holanda, vale lembrar que concentra atualmente parcela considerável das exportações européias, que são escoadas através de sua infraestrutura logística. Ou seja, uma alta participação da Holanda como destino das exportações estaduais reflete, em última instância, uma maior participação de alguns países europeus na pauta de exportações do Espírito Santo.

Em termos de nível de atividade, apesar de o Estado vir apresentando um padrão de recuperação nos últimos meses, em consonância com o país, essa recuperação tem sido lenta e gradual. A produção industrial capixaba apresentou, nos meses de maio e junho de 2009, pequenas quedas em relação aos meses imediatamente anteriores, de cerca de -0,6% e -1,2%. Vale destacar que

esses resultados negativos foram, na verdade, atenuados pelo bom desempenho de setores específicos ao longo dos períodos considerados, conforme é o caso da Metalurgia e do setor de Celulose (maiores detalhes sobre o desempenho de firmas específicas desses dois setores abaixo). Padrão semelhante ocorre no caso da análise do nível de utilização da capacidade instalada (NUCI). Neste caso específico, a economia espírito santense acompanha de perto a economia nacional e, embora tenha registrado uma queda mais pronunciada nos últimos meses, apresentou, na margem, um avanço em relação ao NUCI nacional.

O mercado de trabalho formal no Estado vem apresentando um comportamento que tem sido afetado por setores específicos, como a Agropecuária e o setor de Serviços, ao mesmo tempo em que reflete os efeitos da sazonalidade no emprego. Por exemplo, ao passo que, em maio de 2009, o Estado apresentou o quarto melhor desempenho do país em termos de geração de empregos formais (+10.061 postos formais), em junho, registrou um saldo líquido negativo entre admissões e demissões (-6.651 postos). Por outro lado, em julho, o mercado de trabalho formal capixaba registrou um saldo líquido negativo de apenas -99 postos, influenciado principalmente pelo setor de Agropecuária, fato que demonstra a importância relativa desse setor no desempenho do mercado de trabalho do Estado, especialmente nos períodos mais associados às colheitas de café e cana de açúcar.

Por outro lado, em termos de emprego industrial, tem sido observadas quedas nos índices de horas pagas e pessoal ocupado na indústria capixaba nos últimos meses, associadas, em geral, a uma expansão da folha de pagamento real dos trabalhadores desse setor. Assim, enquanto os meses de maio e junho registraram quedas no pessoal ocupado em torno de -2% e -1%, respectivamente (comparação com o mês imediatamente anterior), a folha de pagamento real vem acumulando acréscimos de +14,4% e +1,3%, quando da comparação com o mesmo mês do ano anterior. Conforme citado no último número do *Panorama*, é de se esperar uma redução no ritmo de crescimento da folha de pagamento nos próximos meses, de forma a se garantir o equilíbrio de longo prazo entre salários reais e produtividade.

Mesmo em meio a um cenário inicialmente recessivo, algumas empresas localizadas em solo capixaba vêm apresentando um resultado positivo. Um exemplo é a Aracruz Celulose, que registrou um lucro líquido de R\$ 595 milhões, no segundo trimestre de 2009, resultado recorde para essa época do ano. Esse resultado pode ser explicado por um aumento da demanda de papel e embalagens de países asiáticos, havendo, inclusive, uma tendência de alta nos preços desses bens. Em particular, a China registrou um aumento de +66% na demanda por celulose (dados até maio de 2009), mesmo em um contexto onde houve uma queda de -6,6% na demanda mundial.

A Vale também vem se beneficiando das exportações para a China. Ao longo do segundo trimestre de 2009, as exportações para esse país atingiram um recorde trimestral histórico, com as exportações chinesas representando 65,6% dos embarques totais, um valor nitidamente superior quando comparado às participações relativas de países como Japão (6%), Coreia do Sul (4%) e o próprio Brasil (7,3%). No caso específico dessa empresa, tanto as vendas de minério de ferro quanto as vendas de pelotas (*pellets*) apresentaram aumentos na comparação entre o primeiro e o segundo trimestres de 2009 (+3,6%, no caso de minério de ferro e +43,9%, no caso de *pellets*).

A ArcelorMittal, por sua vez, anunciou recentemente a reativação de alguns de seus altos fornos localizados em outros países, como Estados Unidos, Espanha e Ucrânia, em resposta à reativação de pedidos feitos por conta da tendência recente de redução de estoques. Em relação ao mercado interno, essa empresa iniciou, em junho passado, a operação de um novo forno de laminados a quente, que aumentou sua capacidade de produção de 2,8 milhões para 4 milhões de toneladas de bobinas a quente por ano, ampliando consideravelmente seu potencial em termos de atendimento das demandas interna e externa.

O comércio varejista capixaba vem apresentando um desempenho relativamente estável, na margem, nos últimos meses. Enquanto que, no mês de maio de 2009, houve um crescimento de +1,1% nessa atividade, em junho, foi registrada uma leve queda, em torno de -0,8%, com ambas as variações sendo feitas em relação ao mês imediatamente anterior. É digno de nota o fato de que, ao longo desse período, ambos os resultados foram influenciados principalmente pelos setores de Informática, Eletrodomésticos e Farmacêutico. No caso, políticas governamentais recentes parecem estar afetando o desempenho desses setores: tanto a política nacional de redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) foi importante no sentido de estimular o consumo de aparelhos eletrodomésticos, quanto foi a política estadual de incentivos à aquisição de computadores por professores da rede de ensino local.

Em suma, o contexto econômico da economia capixaba, no segundo trimestre de 2009, pode ser resumido da seguinte maneira: ocorreu inicialmente uma recuperação no setor externo que, por conta do alto grau de abertura do Estado, afetou positivamente o nível de atividade estadual, embora não tenha afetado todos os setores de maneira uniforme, devido às defasagens existentes. Por conta disso, ainda não se observa um desempenho positivo do mercado de trabalho local, por exemplo. Mesmo assim, é possível se especular, no momento, a respeito da possibilidade de surgimento de um padrão de recuperação robusto no curto e médio prazos.

Em relação ao longo prazo, as perspectivas da economia capixaba são, de fato, positivas. Em primeiro lugar, há de se ressaltar que, de acordo com um levantamento recente⁴, a grande maioria dos investimentos previstos para o Estado do Espírito Santo ao longo do período 2008-2013, está concentrada no setor de Infraestrutura (65,8%), uma área tida como fundamental ao crescimento econômico. A princípio, espera-se que os primeiros impactos desses investimentos já comecem a ser sentidos a partir do ano que vem, dada a importância do investimento tanto no curto prazo (como um dos principais componentes da demanda agregada), quanto no longo prazo (como um dos determinantes da taxa de poupança agregada da economia).

Em segundo lugar, em termos de produtividade, o Estado vem apresentando um desempenho nitidamente superior à média nacional, um resultado diretamente relacionado ao fato de existirem ainda diversas oportunidades inexploradas na economia capixaba e em consonância com teorias de convergência de renda⁵. Especificamente, espera-se que, quanto mais "distante" uma

⁴ *Investimentos Previstos para o Espírito Santo: 2008-2013*. IJSN, jul.2009, 51p.

⁵ Magalhães, M.A.; Ribeiro, A.P.L. *Evolução da produtividade no estado do Espírito Santo: uma análise comparativa*. Nota Técnica n.06, IJSN, ago.2009, 22p.

economia estiver de seu equilíbrio de longo prazo, maior deve ser sua taxa de crescimento em direção a esse equilíbrio. Nesse sentido, o Espírito Santo apresenta um potencial formidável para a próxima década.

Em conjunto, esses dois fatos ressaltam as potencialidades de crescimento do Espírito Santo nos próximos cinco a dez anos, o que pode constituir a base necessária para sustentar um possível padrão de retomada de crescimento no período que se inicia a partir de agora.

Instituto Jones dos Santos Neves

Coordenação Geral

Ana Paula Vitali Janes Vescovi
Diretora-presidente

Coordenação de Estudos Econômicos

Matheus Albergaria de Magalhães

Equipe Técnica

Anna Claudia Aquino dos Santos Pela
Anna Paula Lage Ribeiro
Jessica Siqueira Rangel
Josiene Freire Rocha
Jussara Maria Chiappane
Matheus Albergaria de Magalhães
Roberto Paula de Freitas Campos
Rodrigo Rocha Tonini
Vanessa de Lima Avanci
Victor Nunes Toscano

Editoração

João Vitor André

Revisão

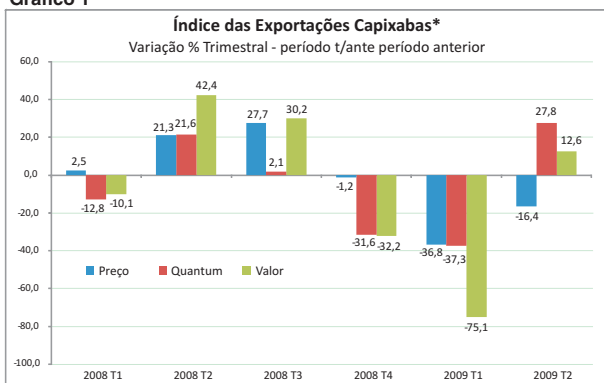
João Vitor André
Matheus Albergaria de Magalhães
Victor Nunes Toscano

Índice

Comércio Exterior	14
Produção Industrial	16
Mercado de Trabalho	18
Produtividade Industrial	20
Consumo e Investimentos	21
Preços	23
Política Monetária e Creditícia	24
Finanças Estaduais	25
Expectativas	27

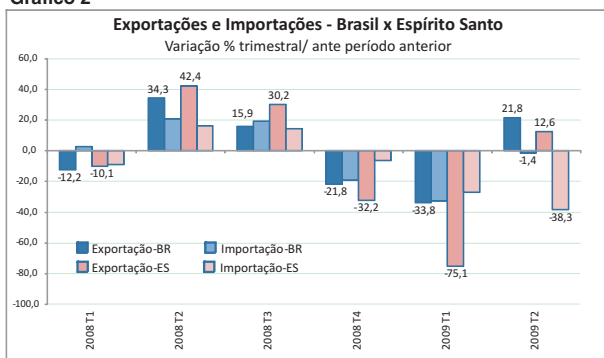
COMÉRCIO EXTERIOR

Gráfico 1



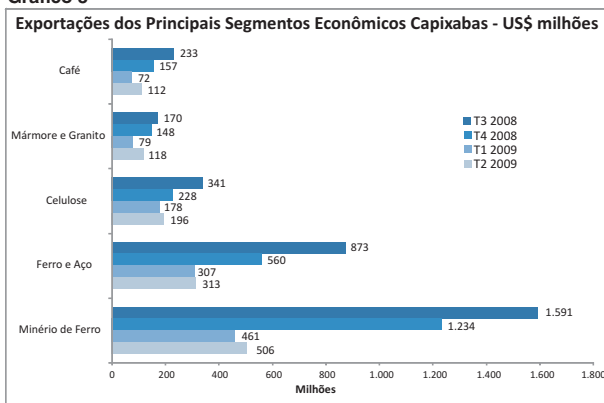
Fonte: MDIC/Alice Web
Elaboração: IJSN - Coordenação de Estudos Econômicos
* Índice construído com base nos principais produtos da pauta de exportação capixaba

Gráfico 2



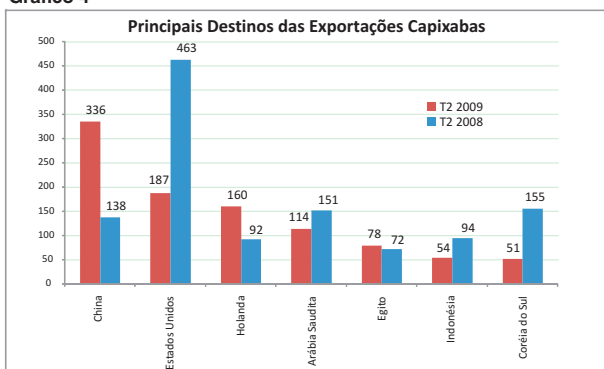
Fonte: MDIC/Alice Web
Elaboração: IJSN - Coordenação de Estudos Econômicos

Gráfico 3



Fonte: MDIC/Alice Web
Elaboração: IJSN - Coordenação de Estudos Econômicos

Gráfico 4



Fonte: MDIC/Alice Web
Elaboração: IJSN - Coordenação de Estudos Econômicos

As exportações capixabas, no segundo trimestre de 2009, atingiram US\$ 1,4 bilhões, alavancadas pelo aumento expressivo da quantidade exportada (representada pela variação do índice de *quantum*) que, em relação ao primeiro trimestre do ano, aumentou +27,8%. A decomposição das exportações em preço e quantidade revela que o movimento nos preços, onde houve queda de -16,4%, influenciou negativamente o valor exportado, que ainda assim cresceu +12,6% no período (Gráfico 1).

Comparativamente ao resultado nacional, as exportações capixabas cresceram menos no segundo trimestre de 2009, +12,6% contra +24,3%, valor registrado para o Brasil. A tendência de queda nas importações capixabas se manteve nesse período, registrando a menor variação desde o início de 2008, (-38,3%), queda muito superior ao resultado registrado nacionalmente(-1,4%).

Em relação a segmentos econômicos específicos, observa-se uma retomada no volume exportado dos principais produtos da pauta capixaba. Destaque para as exportações dos setores Cafeeiro e de Rochas Ornamentais que, apesar da apreciação cambial, apresentaram a maior variação neste segundo trimestre de 2009 (+US\$ 40 milhões e +US\$ 39 milhões, respectivamente). Em termos absolutos, as exportações de minério de ferro se mantiveram como principal produto da pauta capixaba, alcançando montante de US\$ 506 milhões, cerca de 10% a mais do que observado no primeiro trimestre do ano (Gráfico 3). Em termos gerais, é interessante notar a recuperação das exportações dos principais segmentos econômicos do Estado, fato que aponta para o processo de retomada da atividade econômica em curso.

O *ranking* dos destinos das exportações capixabas (Gráfico 4) revela que a China se mantém como principal parceiro comercial do estado. Com um montante exportado de US\$ 335 milhões, as exportações para esse país equivalem a 22,6% do total das exportações do Espírito Santo, seguido pelos Estados Unidos com US\$ 186 milhões, e participação de 12,59%, Holanda (10,76%), Arábia Saudita (7,66%) e Egito (5%).

No que diz respeito à China, destacam-se as exportações de minério de ferro e de celulose, com crescimento de +31,35% e +122,88%, respectivamente. Aparentemente, o aumento de +7,9% da produção industrial desse país elevou consideravelmente a demanda pelos produtos supracitados. Já o aumento de +11,7% das exportações para os EUA pode estar relacionado à melhora relativa de sua economia, tendo em vista que, em julho de 2009, após dezessete meses de queda, a produção industrial norte-americana apresentou variação positiva de +0,5%, o que pode sinalizar uma possível reversão do cenário recessivo vigente nesse país.

Países como, a Holanda, Arábia Saudita e Egito, também têm se destacado no fluxo de comércio internacional capixaba. No caso da Holanda, caracterizada como um entreposto comercial importante dos produtos adquiridos de outros continentes com destino à Europa, destacam-se as exportações dos setores de Ferro e Aço, responsável por 7,85% no valor total exportado, e de Celulose, com participação de 1,58%. A Arábia Saudita e o Egito, por sua vez, concentram as exportações de bens básicos, conforme é o caso do Café em grão e do Minério de Ferro, por exemplo (Tabela 1).

Tabela 1 - Principais Países de Destino das Exportações Capixabas - Setores e Produtos

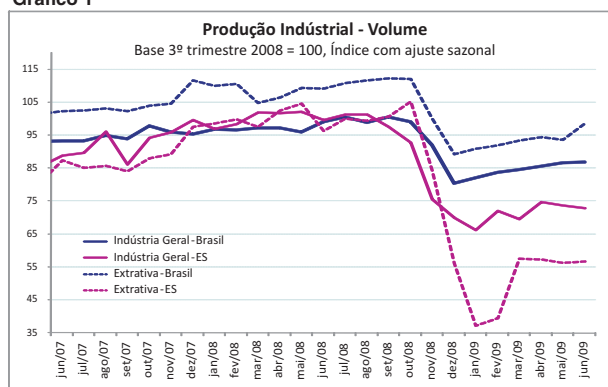
Países de Destino	Setores	2009				Comportamento	Variação %
		1º Trimestre		2º Trimestre			
		Valor US\$	%	Valor US\$	%		
China	Minério de Ferro	126.603.821	9,47	166.294.264	11,20	↑	31,35
	Ferro e Aço	91.767.327	6,87	82.229.432	5,54	↓	-10,39
	Celulose	34.272.579	2,56	76.386.531	5,15	↑	122,88
	Rochas Ornamentais Brutas	5.428.389	0,41	10.598.054	0,71	↑	95,23
	Outros	57.020	0,00	57.088	0,00	↑	0,12
	Total - China	258.129.136	19,31	335.565.369	22,60	↑	30,00
Estados Unidos	Rochas Ornamentais Beneficiadas	45.293.586	3,39	77.616.454	5,23	↑	71,36
	Celulose	100.466.725	7,52	66.311.392	4,47	↓	-34,00
	Café em Grão	10.439.193	0,78	25.554.198	1,72	↑	144,79
	Ferro e Aço	3.626.271	0,27	5.514.978	0,37	↑	52,08
	Minério de Ferro	0	0,00	3.505.508	0,24	↑	100,00
	Outros	8.282.200	0,62	8.388.638	0,57	↑	1,29
Total - Estados Unidos	168.107.975	12,58	186.891.168	12,59	↑	11,17	
Holanda	Ferro e Aço	162.556.751	12,16	116.597.490	7,85	↓	-28,27
	Celulose	23.915.303	1,79	23.427.210	1,58	↓	-2,04
	Plástico e Suas Obras	20.999.683	1,57	18.957.777	1,28	↓	-9,72
	Frutas	236.150	0,02	305.536	0,02	↑	29,38
	Outros	433.655	0,03	477.276	0,03	↑	10,06
	Total - Holanda	208.141.542	15,57	159.765.289	10,76	↓	-23,24
Arábia Saudita	Minério de Ferro	74.271.998	5,56	112.886.127	7,60	↑	51,99
	Café em grão	425.290	0,03	556.076	0,04	↑	30,75
	Rochas Ornamentais Beneficiadas	133.008	0,01	143.344	0,01	↑	7,77
	Outros	103.369	0,01	118.650	0,01	↑	14,78
	Total - Arábia Saudita	74.933.665	5,61	113.704.197	7,66	↑	51,74
Egito	Minério de Ferro	70.784.731	5,30	76.944.610	5,18	↑	8,70
	Café em Grão	563.886	0,04	1.107.972	0,07	↑	96,49
	Cacau e preparações	66.976	0,01	168.583	0,01	↑	151,71
	Rochas Ornamentais Beneficiadas	63.823	0,00	41.484	0,00	↓	-35,00
	Outros	1.917.391	0,14	66.793	0,00	↓	-96,52
Total - Egito	73.396.807	5,49	78.329.442	5	↑	6,72	
Total dos Países selecionados		782.709.125	53	874.255.465	59	↑	11,70
<i>Participação % no Total Exportado</i>		59		59			
Total das Exportações		1.336.711.733	100	1.484.521.995	100	↑	11,06

Fonte: MDIC/Alice Web

Elaboração: IJSN - Coordenação de Estudos Econômicos

PRODUÇÃO INDUSTRIAL

Gráfico 1



Fonte: IBGE - PIMPF
Elaboração: IJSN - Coordenação de Estudos Econômicos

Em termos de produção industrial, o segundo trimestre de 2009 foi marcado pelo início de um processo de recuperação gradual no Estado. Em particular, de acordo com dados da Pesquisa Industrial Mensal (PIM-PF), é possível notar uma desaceleração nas taxas de contração do índice de produção industrial do Espírito Santo. Por exemplo, enquanto que a comparação entre setembro de 2008 e junho de 2009 revela uma contração da produção industrial de -25,4%, a comparação entre o segundo trimestre de 2009 com o último trimestre de 2008 revela uma contração de -7,2%.

Os resultados são mais otimistas ainda quando da comparação entre o segundo e o primeiro trimestres do presente ano: nesse caso, houve uma expansão de +6,5% na produção industrial capixaba, uma magnitude quase duas vezes superior à expansão registrada para a indústria nacional (+3,4%). De certo modo, esse resultado reforça a possibilidade de reversão de ciclo na indústria, uma vez que é o primeiro resultado positivo após três trimestres consecutivos de taxas negativas. Em particular, vale à pena ressaltar o bom desempenho da indústria Extrativa estadual, que registrou alta de +26,9% na comparação entre os dois primeiros trimestres de 2009 (Gráfico 1).

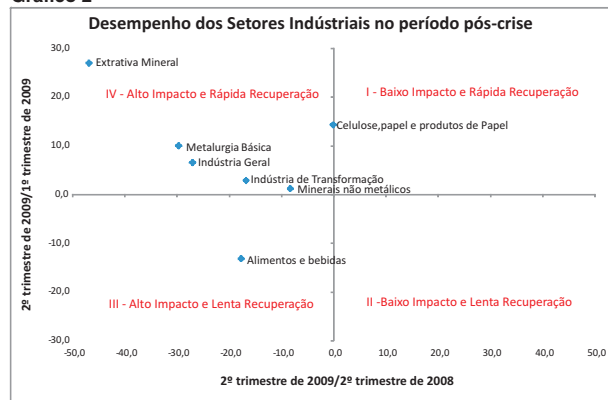
O Gráfico 2 equivale a uma tentativa de identificar o desempenho dos setores mais produtivos na indústria do Estado com maior representatividade no contexto nacional, assim como seu desempenho relativo no período posterior à crise.

De acordo com os padrões reportados nesse gráfico, pode-se notar que, apesar desses setores terem apresentado uma contração em suas taxas de crescimento no segundo trimestre de 2009, em relação ao mesmo período do ano anterior, esses setores vêm apresentando taxas positivas na margem, tomando-se a comparação entre o primeiro e o segundo trimestres deste ano. A Indústria Extrativa Mineral, por exemplo, apesar de ter apresentado uma contração considerável na comparação interanual (-46,8%), apresentou um crescimento de cerca de +27%, no segundo trimestre de 2009, em relação ao primeiro trimestre. O setor de Alimentos e Bebidas, por sua vez, parece ter sofrido um impacto negativo tanto no caso da comparação interanual (-13,3%), quanto no caso da comparação trimestral (-17,7%).

Por outro lado, o cruzamento de informações relativas à produção industrial e vendas reais pode fornecer evidências iniciais a respeito do comportamento dos estoques no Estado (Gráfico 3). Seguindo essa lógica, é possível notar que, entre os anos de 2006 e 2008, houve considerável acúmulo de estoques (excesso de produção sobre vendas) pela produção estadual, com essa tendência sendo revertida a partir de meados de 2008, quando passou a ocorrer um excesso de vendas sobre estoques. Na verdade, esse último fato é consistente com um cenário onde, por conta da incerteza vigente na economia, as firmas locais deram preferência a desafogar os estoques previamente acumulados, ao invés de iniciarem novos planos de produção.

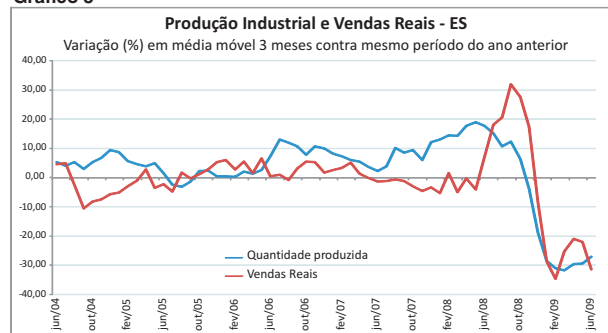
Finalmente, vale ressaltar que, em termos de Nível de Utilização da Capacidade Instalada (NUCI), o Espírito Santo vem acompanhando a tendência nacional, com recuperação na margem, embora ocorram diferenças em termos de magnitudes. Assim, no caso estadual, ocorreu uma queda de -9,9% no segundo trimestre de 2009 em relação ao mesmo período do ano anterior, embora um padrão semelhante possa ser verificado no caso nacional.

Gráfico 2



Fonte: IBGE - PIMPF
Elaboração: IJSN - Coordenação de Estudos Econômicos

Gráfico 3



Fonte: IBGE - PIMPF e Findex/IEL-ES
Elaboração: IJSN - Coordenação de Estudos Econômicos

Tabela 1 - Produção Industrial (ES e Brasil) - Taxa de Crescimento Acumulado/2009 (%)

Atividades	Com ajuste sazonal*					Sem ajuste sazonal			
	jun09/ set08	jun09/ dez08	jun09/ mai09	II tri 09/ IV tri 08	II tri09/ I tri 09	jun09/ jun08	II tri 09/ II tri 08	Acumulado no ano(1)	Acumulado 12 meses(1)
Brasil									
Indústria Geral	-13,6	7,9	0,2	-4,6	3,4	-10,9	-12,3	-13,4	-6,5
Extrativa Mineral	-12,2	10,4	5,3	-4,9	3,7	-9,3	-11,7	-13,7	-6,2
Transformação	-14,2	5,8	-0,2	-5,1	2,3	-11,0	-12,3	-13,4	-6,5
Espírito Santo									
Indústria Geral	-25,4	4,1	-1,2	-7,2	6,5	-25,2	-27,0	-29,3	-16,5
Extrativa Mineral	-43,8	1,2	0,6	-30,7	26,9	-47,0	-46,8	-50,5	-24,2
Transformação	-17,5	0,3	-6,3	5,1	2,8	-13,6	-16,8	-18,9	-12,9
Alimentos e bebidas	-38,6	-41,7	-40,1	1,4	-13,3	-41,5	-17,7	-10,2	-9,6
Celulose, papel e produtos de papel	1,5	9,7	1,2	23,9	14,2	12,2	-0,1	-4,3	-4,1
Minerais não metálicos	-18,5	-5,8	-4,5	-8,7	1,1	-8,8	-8,3	-7,5	-0,6
Metalurgia básica	-19,2	40,2	16,0	3,9	9,9	-16,8	-29,7	-35,6	-23,9

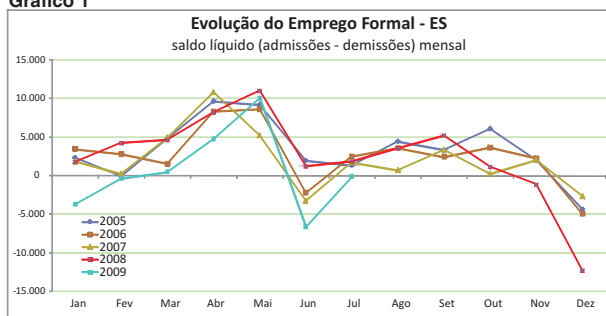
Fonte: IBGE

Elaboração: IJSN - Coordenação de Estudos Econômicos

* o ajuste sazonal para as indústrias extrativa e de transformação foi realizado pela Coordenação de Estudos Econômicos do IJSN
(1)em relação ao mesmo período do ano anterior

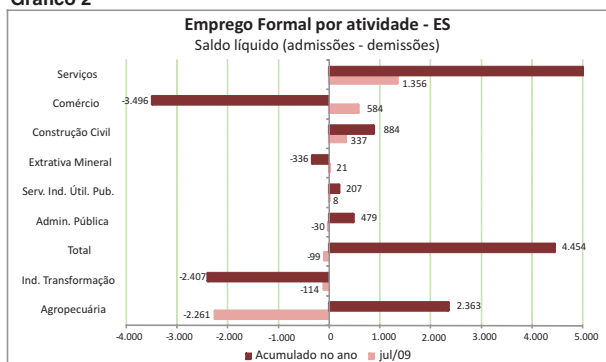
MERCADO DE TRABALHO

Gráfico 1



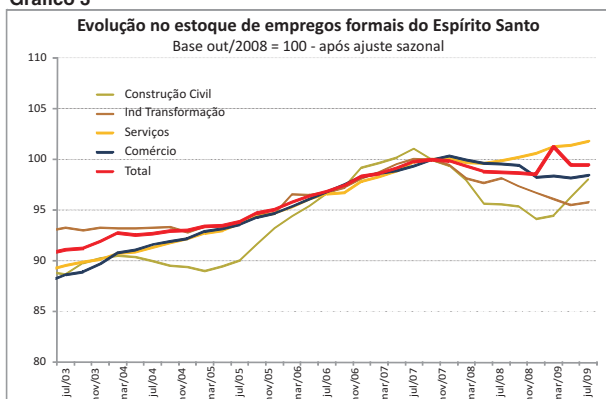
Fonte: MTE/CAGED/Lei 4.923/65
Elaboração: IJSN - Coordenação de Estudos Econômicos

Gráfico 2



Fonte: MTE/CAGED/Lei 4.923/65
Elaboração: IJSN - Coordenação de Estudos Econômicos

Gráfico 3



Fonte: MTE/CAGED/Lei 4.923/65
Elaboração: IJSN - Coordenação de Estudos Econômicos

De acordo com dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), o saldo entre admissões e demissões no Estado, no acumulado do ano, resultou na geração líquida de 4.454 postos de trabalho, alta de +0,7% sobre o nível de vagas de dezembro de 2008, enquanto que, para o País, essa variação foi de +1,37%. O desempenho do Espírito Santo foi também bem inferior ao acumulado no mesmo período de 2008, quando foram geradas 32.928 vagas. Em julho, foi registrado saldo negativo de vagas (-99), contrário ao resultado positivo obtido no mesmo mês de 2008 (+1.854) (gráfico 1).

De janeiro a julho deste ano, houve redução dos postos de trabalho principalmente nos setores de Comércio (-3.496), Indústria de Transformação (-2.407) e Extrativa Mineral (-336). Por outro lado, a geração líquida positiva para o período foi liderada pelas contratações do setor de Serviços (+6.760), seguido por Agropecuária (+2.363) e Construção Civil (+884) que atenuou a queda do emprego formal no Estado (gráfico 2).

Na série histórica, na maior parte do período, o estoque de empregos formais do Espírito Santo, livre de efeitos sazonais, segue alinhado à tendência de crescimento no setor de Serviços, corroborando a representatividade desse segmento no mercado formal capixaba. Em contrapartida, a partir de novembro de 2008, percebe-se nitidamente a alteração dessa tendência de crescimento diante das retrações da demanda por trabalho nos setores intensivos em mão de obra, como Construção Civil, por exemplo.

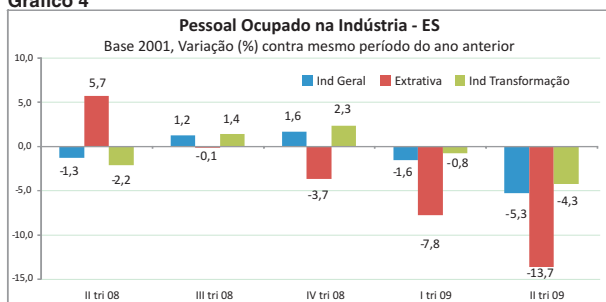
No que tange a comparação do segundo trimestre de 2009 em relação ao mesmo período do ano anterior, houve um ligeiro crescimento (+0,76%) no estoque de empregos formais. As variações positivas foram verificadas nos setores de Serviços Industriais de Utilidade Pública (+5,52%), Serviços (+3,74%), Comércio (+1,51%) e Administração Pública (+1,35%). Por outro lado, recuos ocorreram nas Indústrias Extrativa Mineral (-6,70%) e de Transformação (-2,68%), e nos setores de Construção Civil (-4,02%) e Agropecuária (-3,02%), setores cujo nível de atividade está fundamentalmente atrelado ao mercado externo (tabela 1).

Tabela 1 - Estoque de empregos formais por setor de atividade econômica (ES) - Taxa de Variação (%)

Setores	Sem ajuste sazonal		Com ajuste sazonal			
	jul09/ jul08	II tri 09/ II tri 08	jul09/ out08	II tri 09/ IV tri 08	II tri 09/ I tri 09	Acum jan- jul09/IV tri 08
Administração Pública	0,13	1,35	5,12	2,43	-1,51	3,34
Agropecuária	-5,96	-3,02	0,27	18,70	24,69	6,24
Comércio	1,42	1,51	-1,55	-1,81	-1,28	-1,25
Construção Civil	-5,12	-4,02	-1,96	-4,21	-0,62	-3,51
Extrativa Mineral	-6,67	-6,70	-5,09	-5,09	-2,70	-3,85
Ind de Transformação	-3,88	-2,68	-4,23	-3,12	-1,68	-2,46
Serviços	3,50	3,74	1,80	1,15	1,17	0,75
Serv. Ind. de Utilidade Pública	4,36	5,52	3,59	2,11	1,08	1,73
Total	0,14	0,76	-0,49	0,05	1,02	-0,42

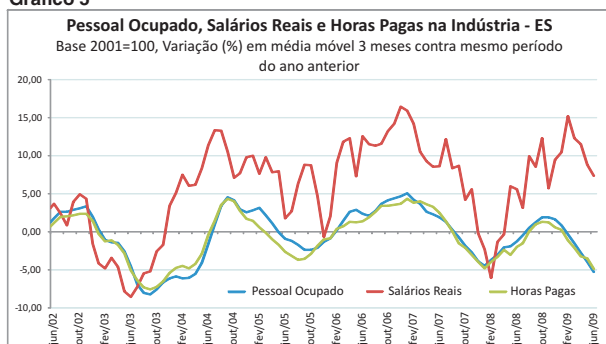
Fonte: MTE/CAGED/Lei 4.923/65
Elaboração: IJSN - Coordenação de Estudos Econômicos

Gráfico 4



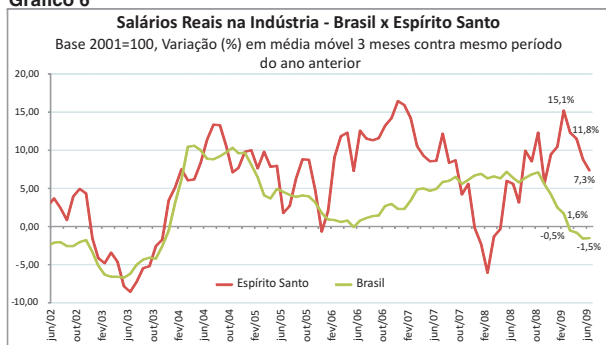
Fonte: IBGE
Elaboração: IJSN - Coordenação de Estudos Econômicos

Gráfico 5



Fonte: IBGE
Elaboração: IJSN - Coordenação de Estudos Econômicos

Gráfico 6



Fonte: IBGE
Elaboração: IJSN - Coordenação de Estudos Econômicos

Embora a economia já apresente sinais de um movimento gradual de recuperação, os dados da Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário (PIMES) ainda revelam queda nos indicadores do emprego industrial, dado que o mercado de trabalho reage de forma defasada a variações no nível de atividade. No segundo trimestre de 2009, houve redução do pessoal ocupado na indústria capixaba (-5,3%), comparativamente ao mesmo trimestre do ano anterior, influenciada pela contração na Indústria Extrativa (-13,7%) e na Indústria de Transformação (-4,3%) (gráfico 4). Os segmentos de Coque, refino de petróleo, combustíveis nucleares e álcool (+8,8%) e Alimentos e Bebidas (+5,7%) registraram variação positiva para o segundo trimestre, embora em menor ritmo. O setor de Minerais não-metálicos (+3,5%) também sustentou um padrão de crescimento para o período analisado.

Em relação ao mesmo mês do ano anterior, o emprego recuou -7,0% em junho. No acumulado do ano, ante o mesmo período do ano anterior, a queda do pessoal ocupado na indústria se intensificou, de -2,1% até abril, para -3,4% até junho (Tabela 2).

Alinhado a esse resultado, a tendência de redução da jornada de trabalho foi mantida no segundo trimestre do ano, com um recuo efetivo de -4,9% no número de horas pagas na indústria, em relação ao mesmo período de 2008 (gráfico 5). Com isso, o mercado de trabalho industrial capixaba ainda passa por ajustes após os impactos da crise internacional, em decorrência do desaquecimento da demanda industrial e das pressões daí advindas.

Diante da redução da demanda por trabalho, a partir de março de 2009, o Brasil apresentou uma redução dos salários reais (-0,5%), enquanto que, no Espírito Santo, esse efeito ocasionou uma desaceleração da taxa de crescimento dos salários reais, de +15,1% em fevereiro, para +11,8% em março. Embora essa tendência permaneça, a variação positiva dos salários reais na indústria capixaba foi mantida no trimestre fechado em junho (+7,3%) em relação ao mesmo período do ano anterior, após ajuste sazonal (gráfico 6).

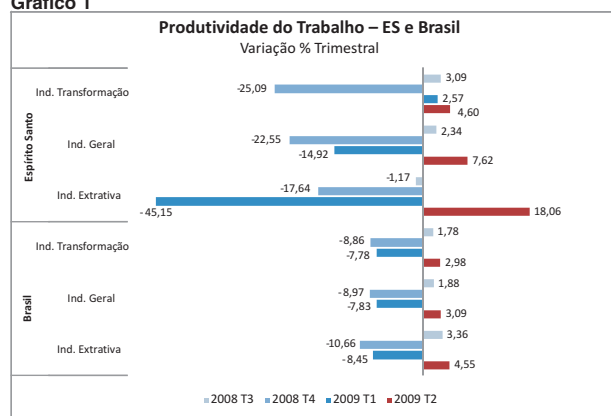
Tabela 2 - Pessoal Ocupado Assalariado na Indústria por segmentos - ES - Taxa de Variação (%)

Seções e Divisões	Mensal (jun09/jun08)	II trim09/ II trim08	Acumulado no ano*	Acumulado 12 meses*
Indústria geral	-7,0	-5,3	-3,4	-1,0
Coque, refino de petróleo, combustíveis nucleares e álcool	-10,1	8,8	28,6	30,1
Alimentos e bebidas	6,1	5,7	8,7	8,8
Minerais não-metálicos	4,3	3,5	1,8	1,4
Têxtil	-5,1	-2,2	-3,0	0,3
Máquinas e equipamentos, exclusive elétricos, eletrônicos, de precisão e de comunicações	-10,0	-4,0	2,0	5,3
Indústria de transformação	-5,9	-4,3	-2,5	-0,3
Calçados e couro	-4,2	-5,7	-5,0	0,0
Borracha e plástico	-11,3	-6,3	-3,4	2,3
Fabricação de outros produtos da indústria de transformação	-8,5	-6,9	-8,2	-6,0
Papel e gráfica	-10,7	-8,6	-4,9	-1,1
Metalurgia básica	-12,1	-9,3	-6,4	0,9
Máquinas e aparelhos elétricos, eletrônicos, de precisão e de comunicações	-13,4	-10,7	-9,7	-5,8
Produtos de metal, exclusive máquinas e equipamentos	-17,0	-11,7	-7,5	-0,1
Vestuário	-13,1	-13,2	-11,6	-9,7
Indústrias extrativas	-15,6	-13,7	-10,8	-6,4
Produtos químicos	-16,5	-15,2	-15,6	-9,5
Fabricação de meios de transporte	-21,7	-18,9	-19,3	-14,0
Madeira	-21,6	-20,9	-18,5	-19,3

Fonte: IBGE
Elaboração: IJSN - Coordenação de Estudos Econômicos
*em relação ao mesmo período do ano anterior

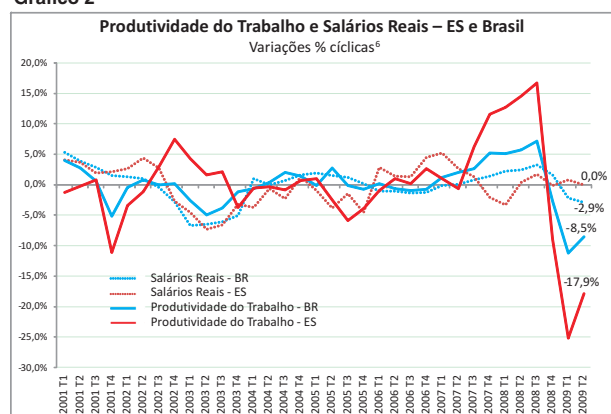
PRODUTIVIDADE INDUSTRIAL

Gráfico 1



Fonte: IBGE - PIM-PF e PIMES
Elaboração: IJSN - Coordenação de Estudos Econômicos.

Gráfico 2



Fonte: IBGE - PIM-PF e PIMES
Elaboração: IJSN - Coordenação de Estudos Econômicos.

A produtividade industrial, no segundo trimestre de 2009, apresentou sinais de recuperação tanto para a economia capixaba, quanto para a nacional. Nesse período, a produtividade do trabalho capixaba aumentou, na indústria geral, +7,62%, resultado acima do observado nacionalmente, o qual registrou aumento de +3,09%. Esse desempenho, embora positivo, ainda não foi suficiente para recuperar a retração da produtividade ocorrida no primeiro trimestre do ano, quando foram registradas quedas de -7,83%, para o Brasil e -14,92%, para o Espírito Santo.

A indústria extrativa foi o setor que mais se destacou no segundo trimestre do ano, tendo crescido à taxa de +18,06%, no Espírito Santo e +4,55% no Brasil. Por outro lado, nota-se ainda que a magnitude da queda observada na produtividade no primeiro trimestre de 2009 é maior para o estado, comparativamente ao caso nacional. Por sua vez, a indústria de transformação sinaliza uma recuperação mais tímida, com variações abaixo da média setorial. Novamente, o Espírito Santo registrou taxas acima na comparação nacional: +4,60% contra +2,98% observado para o Brasil (Gráfico 1).

A recuperação na produção industrial (+3,09% para o Brasil e +7,62% para o Espírito Santo), apesar do ligeiro aumento de horas trabalhadas na indústria, foi o fator preponderante para o resultado positivo na produtividade do trabalho no segundo trimestre de 2009 (Tabela 1). Em termos gerais, esse resultado acaba estreitando o espaço para a convergência entre produtividade do trabalho e salários reais (Gráfico 2). As variações reportadas nesse gráfico mostram uma reversão na trajetória da produtividade, que tende ao equilíbrio de longo prazo, com trajetória semelhante aos salários reais na indústria, uma tendência já mencionada no último número do Panorama Econômico.

Tabela 1 - Componentes da Produtividade do trabalho – ES e Brasil

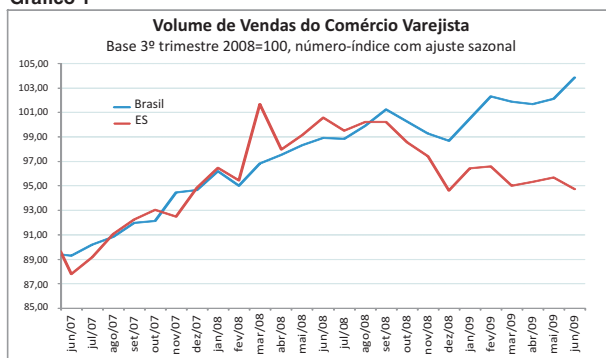
	1º Trimestre 2009	2º Trimestre 2009	Acum. 2009	Acum. 2008
Brasil				
Produção Industrial	-8,27	3,53	-5,03	-6,20
Horas Pagas	-0,48	0,43	-0,05	-0,43
Produtividade	-7,83	3,09	-4,98	-5,79
Espírito Santo				
Produção Industrial	-14,65	8,26	-7,61	-18,60
Horas Pagas	0,31	0,59	0,90	-1,04
Produtividade	-14,92	7,62	-8,43	-17,75

Fonte: IBGE - PIM-PF e PIMES
Elaboração: IJSN - Coordenação de Estudos Econômicos.

⁶ O componente cíclico de uma série econômica pode ser obtido a partir de um procedimento estatístico onde a tendência de longo prazo ("componente secular") é subtraída da série em questão. No caso, essa tendência de longo prazo é construída a partir da aplicação do filtro Hodrick-Prescott sobre a série original. Para maiores informações, ver Hodrick, R.; Prescott, E. C. "Post-War U.S. business cycles: a descriptive empirical investigation". Journal of Money, Credit and Banking, v.29, n. 1, p. 1-16, 1997.

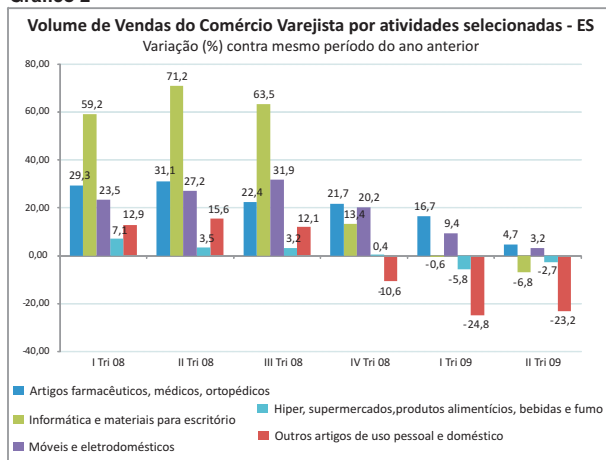
CONSUMO E INVESTIMENTOS

Gráfico 1



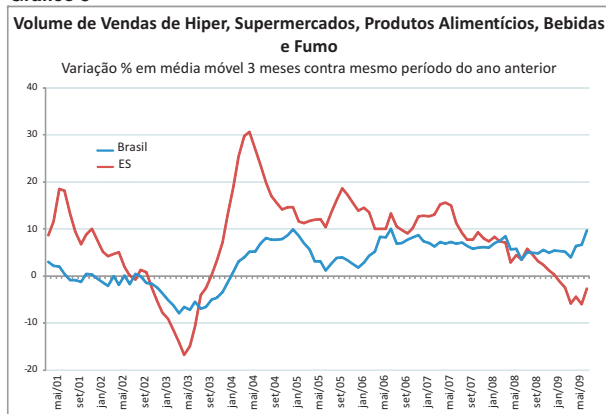
Fonte: IBGE - PMC
Elaboração: IJSN - Coordenação de Estudos Econômicos

Gráfico 2



Fonte: IBGE - PMC
Elaboração: IJSN - Coordenação de Estudos Econômicos

Gráfico 3



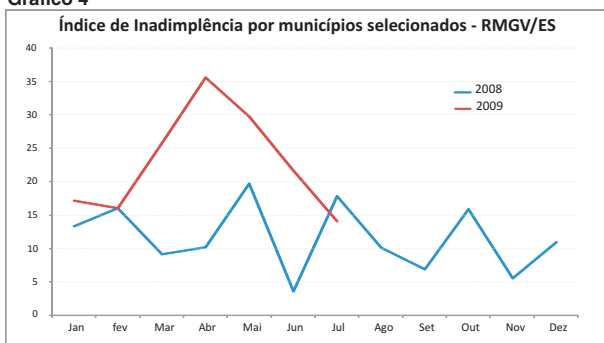
Fonte: IBGE - PMC
Elaboração: IJSN - Coordenação de Estudos Econômicos

O comércio varejista capixaba tem revelado trajetória distinta daquela observada em nível nacional. As vendas do varejo capixaba declinaram -0,8%, em relação ao primeiro trimestre do ano e -1,7%, em relação ao último trimestre do ano passado, descontados os efeitos sazonais. No Brasil, o resultado foi positivo (+1% e +3,2%, respectivamente), reforçando as evidências de que o Espírito Santo foi um dos estados mais afetados pela crise econômica. Entre setembro de 2008 e junho de 2009, o comércio varejista local acumulou recuo de -5,4%. No mesmo período, a média brasileira registrou expansão de +2,6%. Em relação ao primeiro trimestre do ano, o único segmento a registrar crescimento no Espírito Santo, foi o de *Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação* (+2,2%), o que pode estar refletindo a política de incentivo do governo do Estado à aquisição de computadores por parte dos professores da rede de ensino estadual⁷.

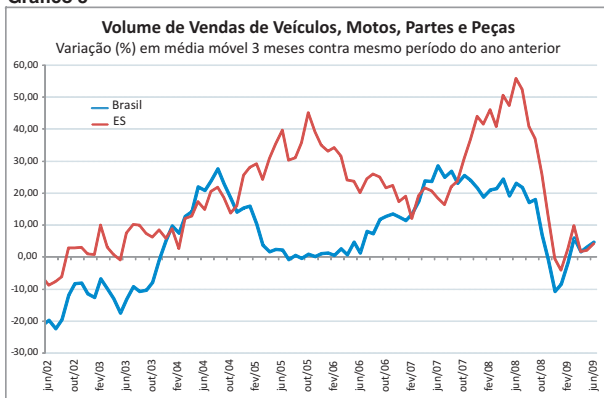
A comparação do segundo trimestre de 2009 com o mesmo período de 2008 também denota desaquecimento no volume de vendas (-4%), ligeiramente mais acentuado do que aquele observado no fechamento do primeiro trimestre (-2,9%). Para a média do país, houve expansão de +5,1% nas vendas. Os segmentos que impediram uma queda ainda maior do volume de vendas no segundo trimestre, comparativamente ao mesmo período do ano passado, foram os Medicamentos (+4,7%) e Móveis e Eletrodomésticos (+3,2%), esse último, com reflexo da redução provisória da alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para eletrodomésticos da "linha branca". As vendas de *Outros artigos de uso pessoal e doméstico* (-23,2%), que englobam lojas de departamentos, óticas, joalherias, artigos esportivos e brinquedos, continuam sendo as mais afetadas. Por outro lado, embora as vendas de produtos de informática tenham registrado crescimento na margem (+2,2%), a comparação com o segundo trimestre do ano passado aponta aceleração no ritmo de queda (-6,8%).

Um segmento que tem revelado um comportamento divergente daquele observado em nível nacional é o de *Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo*, que registrou queda nas vendas do segundo trimestre (-2,7%), enquanto que, na média do país houve expansão (+9,6%), quando da comparação com o mesmo trimestre de 2008.

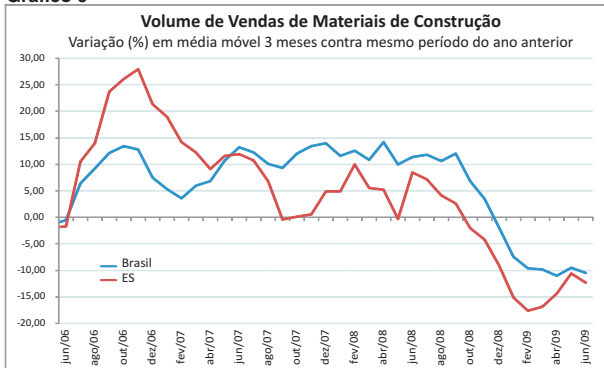
⁷ De acordo com informações obtidas junto à Secretaria Estadual de Educação (SEDU), no período de 25 de março de 2009 a 25 de julho de 2009, um total de 9.047 professores comprou seus computadores no âmbito dessa política.

Gráfico 4

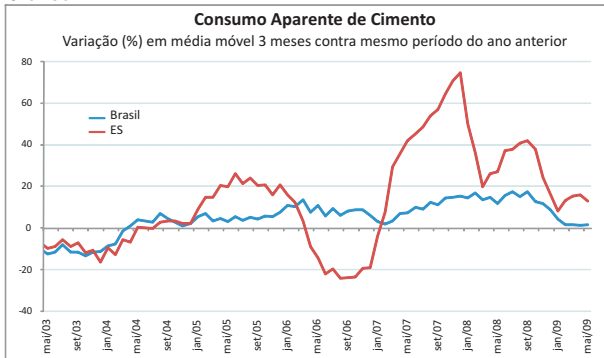
Fonte: CDL/RMGV
Elaboração: IJSN - Coordenação de Estudos Econômicos

Gráfico 5

Fonte: IBGE - PMC
Elaboração: IJSN - Coordenação de Estudos Econômicos

Gráfico 6

Fonte: IBGE - PMC
Elaboração: IJSN - Coordenação de Estudos Econômicos

Gráfico 7

Fonte: SNIC
Elaboração: IJSN - Coordenação de Estudos Econômicos

A queda nas vendas do varejo pode ser creditada, em grande medida, à elevação da inadimplência. O índice apurado em três municípios da Região Metropolitana da Grande Vitória registrou elevação no segundo trimestre do ano, ao atingir 29% na média do período, resultado que superou significativamente os 11% obtidos no mesmo período do ano anterior. Contudo, um fato importante a se considerar é que, a partir de maio, já se observa um importante recuo neste índice, que encerrou o mês de julho em 14,1%, abaixo daquele registrado no mesmo mês de 2008. Assim, a redução da inadimplência poderá constituir importante elemento para recuperação das vendas no varejo, à frente.

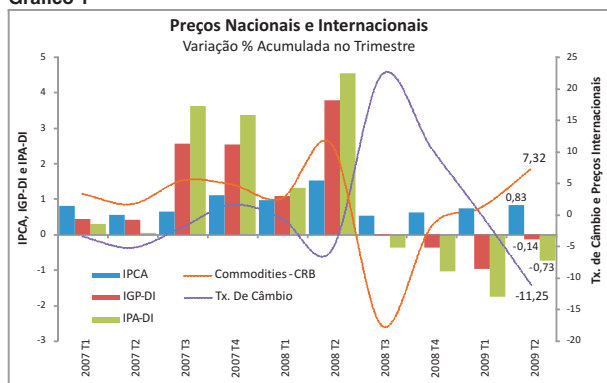
As vendas do comércio varejista ampliado, no segundo trimestre de 2009, registraram crescimento frente ao último trimestre do ano anterior (+6,7%) e uma ligeira elevação frente ao primeiro trimestre do ano (+0,9%), na série livre de influências sazonais. O resultado foi impulsionado de maneira decisiva pelo desempenho das vendas do setor automotivo capixaba, com altas de +22,1% e +8,3%, respectivamente. No entanto, a comparação com o segundo trimestre do ano passado ainda revela retração de -4% nas vendas do varejo ampliado⁸. A queda foi atenuada pela manutenção da trajetória de recuperação das vendas de *Veículos, motos, partes e peças* (+4,2%), ainda que em ritmo menos intenso do que aquele verificado no fechamento do primeiro trimestre (+9,8%). O segmento continua sendo beneficiado por medidas de estímulo, como a redução temporária do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), pela política de promoções das montadoras e pela gradual recomposição da oferta de crédito. De acordo com levantamento da Federação Nacional de Distribuição de Veículos Automotores (FENABRAVE), tais medidas estão surtindo efeitos no mercado de veículos novos do Estado e contribuindo para elevar as vendas de automóveis de passeio e comerciais leves, que registraram altas de +16% e +14,4%, respectivamente, no segundo trimestre do ano frente ao mesmo trimestre de 2008.

As vendas de materiais de construção avançaram +4,3% no segundo trimestre de 2009, frente ao trimestre anterior, descontados os efeitos sazonais, o que reverteu a trajetória de queda iniciada em meados de 2008. Em nível nacional, o avanço foi bem mais modesto, de apenas +0,5% na mesma comparação. O desempenho sinaliza efeitos da redução do IPI para materiais de construção e aponta para uma recuperação das vendas do segmento em ritmo ainda moderado, tendo em vista que na comparação com o segundo trimestre do ano passado, ocorreu uma queda de -12,3%.

Considerando que o consumo aparente de cimento pode ser visto como uma *proxy* para o investimento em construção, torna-se importante acompanhar seu desempenho. O Estado registrou, no trimestre março-maio, uma elevação de +13% no consumo aparente de cimento, frente ao mesmo período de 2008, enquanto que, para a média do país, a alta foi consideravelmente menor (+1,9%). O resultado positivo pode ser atribuído, entre outros fatores, aos efeitos do Programa Estadual de Investimentos Públicos e Empregos para o enfrentamento da crise econômica, por meio de investimentos em infraestrutura e geração de postos de trabalho, tendo como carro-chefe, a construção civil.

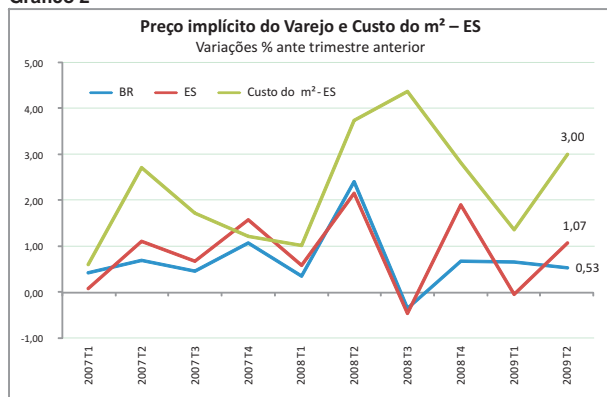
⁸ Composto pela soma das vendas do varejo com as automotivas e de materiais de construção.

Gráfico 1



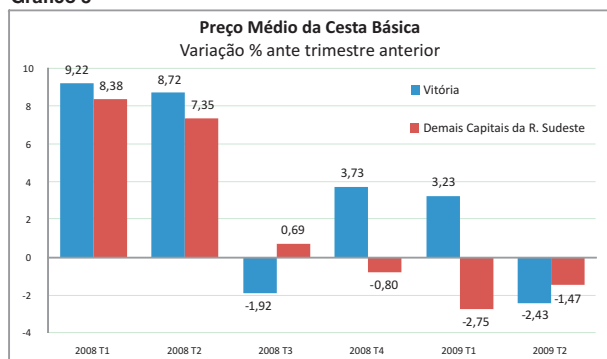
Fonte: IPEADATA E CRB
Elaboração: IJSN - Coordenação de Estudos Econômicos

Gráfico 2



Fonte: IBGE
Elaboração: IJSN - Coordenação de Estudos Econômicos

Gráfico 3



Fonte: DIEESE
Elaboração: IJSN - Coordenação de Estudos Econômicos

A evolução da inflação nacional no segundo trimestre de 2009 caracterizou-se por relativa estabilidade das taxas médias mensais: em torno de 0,4% ao mês (a.m.) no caso do IPCA. No IGP-DI, essa taxa passou de -0,3% a.m. no primeiro trimestre para zero no segundo. Nesse último período, a deflação (que voltou mais recentemente) parece ter refletido os efeitos iniciais da forte queda dos preços internacionais. No segundo trimestre, a aceleração dos preços de *commodities* (alta de 7,3%) não teve o impacto esperado em função dos efeitos compensatórios da taxa de câmbio que, neste trimestre, apreciou -11,3% (Gráfico 1).

Os índices de preço ligados ao comércio varejista e à construção civil não podem ser explicados mediante a variação dos preços internacionais e do câmbio, uma vez que a maioria dos itens que compõem o seu cálculo não é transacionável com o exterior. Isto significa que, o fator preponderante na variação desses preços foi o contexto econômico interno, em que, a despeito dos sinais iniciais de recuperação da atividade econômica, ainda se observa uma queda na massa de salários e, conseqüentemente, na demanda. Observa-se, porém uma aceleração do Custo Unitário Básico (CUB) no segundo trimestre, com as taxas médias mensais passando de 1,36% para 3,00% a.m. como reflexo do aumento do custo da mão de obra, cuja variação acumulada em 2009 alcançou 6,21% (Tabela 1).

O índice de preços implícito do varejo capixaba registrou no segundo trimestre de 2009, alta acumulada de +1,07%, ante leve queda, de -0,05%, no trimestre anterior. Para o mesmo período, o índice nacional registrou alta de +0,53%, e apresentou resultado praticamente estável em relação ao primeiro trimestre de 2009, quando o aumento foi de +0,66% (Gráfico 2).

Em relação à cesta básica calculada pelo DIEESE, os indicadores para o segundo trimestre mostram que seu preço médio na cidade de Vitória alcançou R\$ 227,30, ao final de junho. Comparativamente às outras capitais da Região Sudeste, o preço da cesta básica em Vitória crescia mais do que nas outras capitais: registrou aumento de +3,73% contra uma queda de -0,80% no quarto trimestre de 2008 e +3,23% contra uma queda de -2,75% no primeiro trimestre de 2009. Na margem (segundo trimestre de 2009), devido aos efeitos defasados, a tendência no preço da cesta básica em Vitória se alterou, e registrou queda de -2,43% contra uma queda de -1,47% para as outras capitais (Gráfico 3).

O índice da construção civil, a exemplo do SINAPI, permaneceu pressionado durante o segundo trimestre de 2009, embora apresentando tendência à desaceleração. Este resultado foi intensificado em função das rodadas de ajustes salariais ocorridas nos meses de abril e maio, contribuindo para a variação de +3,58% no índice do custo do m² na construção e +3,03% no índice de preço da mão de obra. Paralelamente, não se observam variações na mesma magnitude no preço médio dos materiais utilizados na construção que, de acordo com o indicador acumulado no trimestre, registrou alta de +1,59% (Tabela 1).

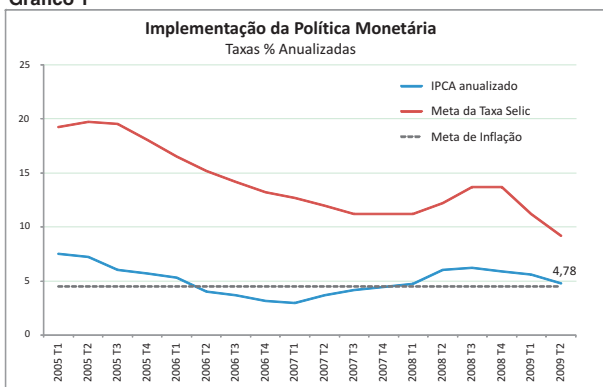
Tabela 1 - Índice de Preço e Custo da Construção Civil

	Acumulado %			12 meses
	2009 T1	2009 T2	no ano	
Mão de Obra	3,09	3,03	6,21	12,74
Materiais	1,45	1,59	3,07	10,16
Custo do m²	0,84	3,58	4,45	8,82

Fonte: IBGE - SINAPI
Elaboração: IJSN - Coordenação de Estudos Econômicos

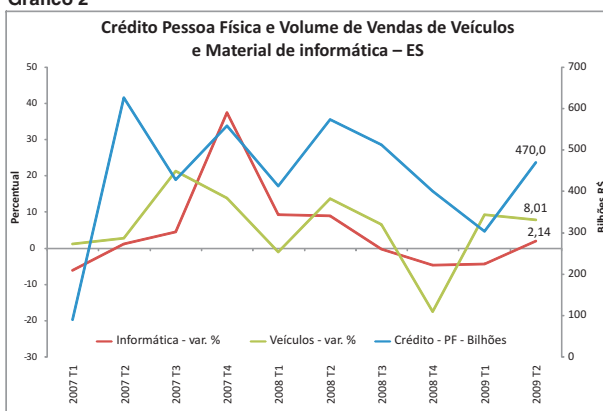
POLÍTICA MONETÁRIA E CREDITÍCIA

Gráfico 1



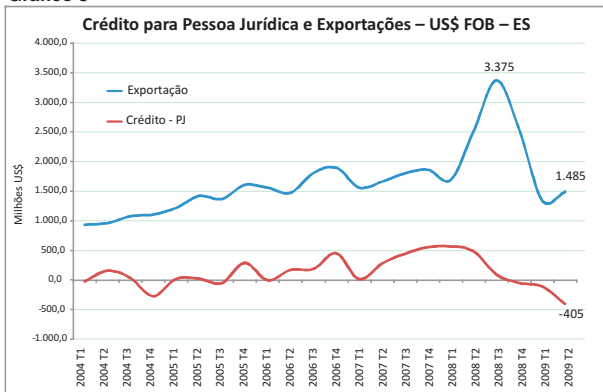
Fonte: BCB - DEPEC e IBGE
Elaboração: IJSN - Coordenação de Estudos Econômicos

Gráfico 2



Fonte: BCB - DEPEC e IBGE
Elaboração: IJSN - Coordenação de Estudos Econômicos

Gráfico 3



Fonte: BCB - DEPEC e AliceWeb
Elaboração: IJSN - Coordenação de Estudos Econômicos

O COPOM, em reunião realizada nos dias 21 e 22 de julho, decidiu pela redução da taxa básica de juros, de 9,25% a.a. para 8,75% a.a.. Essa decisão considerou um cenário benigno para a inflação, em que se destacam: expectativas consistentes com o cumprimento da meta até 2010; perspectivas de fechamento apenas gradual do hiato do produto; e condições externas favoráveis, no que se refere aos mecanismos de ajuste dos preços internacionais, por meio da taxa de câmbio (Gráfico 1).

No mercado de crédito capixaba, os efeitos cumulativos da política expansionista implementada desde o início do ano, ainda não impactaram as atividades do setor. No segundo trimestre de 2009, o estoque total de crédito ofertado no estado atingiu R\$ 19.414 milhões, dos quais 43% foram direcionados para pessoas físicas, enquanto que 57% desse valor foi direcionado para as pessoas jurídicas (Tabela 1). Destaca-se o desempenho do crédito às pessoas físicas, que já ensaia uma recuperação, com variação positiva de R\$ 470 milhões, aparentemente, em função dos empréstimos atrelados às compras de bens de informática, móveis e eletrodomésticos (+8,01%) e de veículos em geral (+2,14%) (Gráfico 2).

Pelo lado das empresas, o volume de crédito demandado dependerá da recuperação da atividade econômica e, dada a natureza particular da economia capixaba, fortemente dependente de exportações e da melhoria do cenário internacional como um todo (Gráfico 3). Nesse sentido, o fluxo de crédito destinado às pessoas jurídicas, no segundo trimestre de 2009, foi -US\$ 405 milhões menor do que o observado no primeiro trimestre do ano (-US\$ 109 milhões), acompanhando a diminuição do ritmo das exportações capixabas: de US\$ 3.375 milhões, no 3º trimestre de 2008, para US\$ 1.485 milhões no 2º trimestre de 2009.

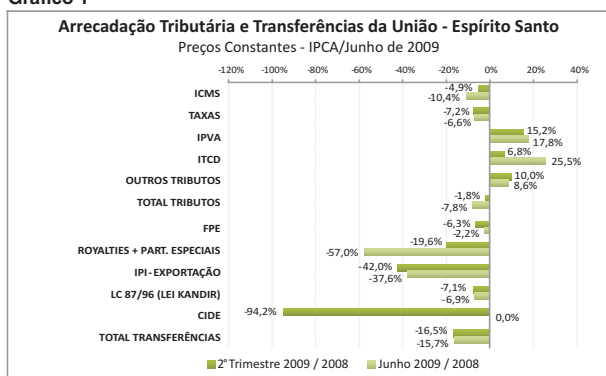
A concessão de crédito é bastante influenciada pela confiança dos agentes no ambiente econômico. A retomada recente da confiança, especialmente de empresários, conforme demonstrado na seção de Expectativas, pode ser um sinalizador de maior expansão das operações de crédito nos meses à frente.

Tabela 1 - Operações de Crédito - Espírito Santo

	Estoque		Variação Absoluta		Part %	
	2009 T1	2009 T2	2009 T1	2009 T2	2009 T1	2009 T2
Pessoa Física	7.823	8.293	304	470	40	43
Pessoa Jurídica	11.962	11.121	-252	-841	60	57
Total	19.785	19.414	52	-371	100	100

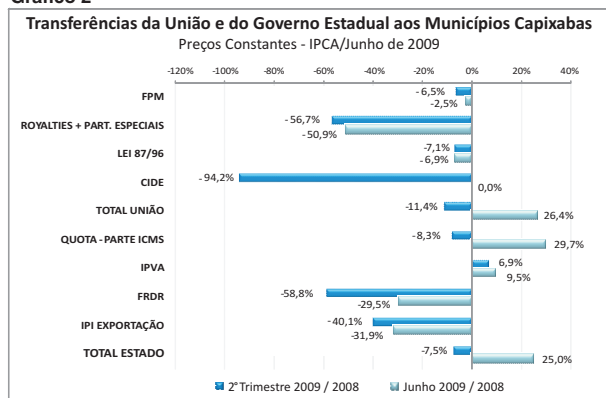
Fonte: Banco Central do Brasil
Elaboração: IJSN - Coordenação de Estudos Econômicos

Gráfico 1



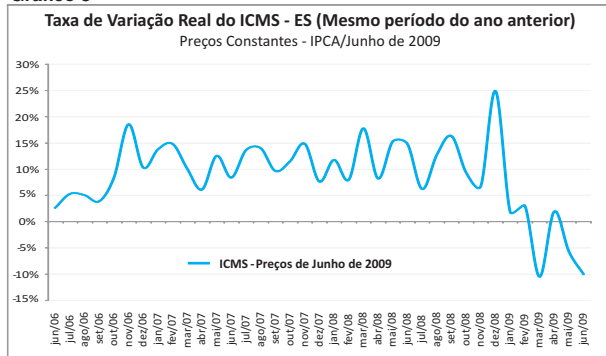
Fonte: COTEPE/Ministério da Fazenda e SEFAZ-ES.
Elaboração: IJSN - Coordenação de Estudos Econômicos.

Gráfico 2



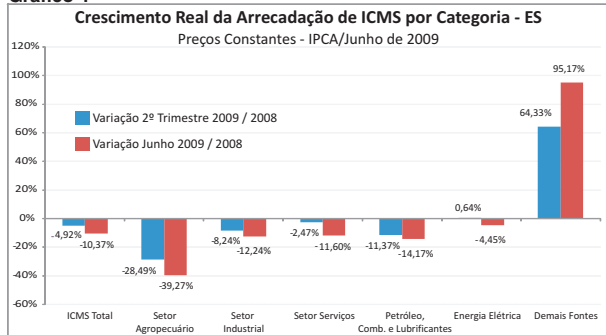
Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional e SEFAZ-ES.
Elaboração: IJSN - Coordenação de Estudos Econômicos.

Gráfico 3



Fonte: COTEPE/Ministério da Fazenda.
Elaboração: IJSN - Coordenação de Estudos Econômicos.

Gráfico 4



Fonte: COTEPE/Ministério da Fazenda.
Elaboração: IJSN - Coordenação de Estudos Econômicos.

No Espírito Santo, a receita tributária apresentou declínio de -1,8% no segundo trimestre de 2009, em relação ao mesmo período do ano anterior. De acordo com informações dos relatórios disponibilizados pela Secretaria de Fazenda do Estado do Espírito Santo (SEFAZ-ES) e do Conselho Nacional de Política Fazendária, percebe-se a queda da arrecadação do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e prestação de Serviços (ICMS), de -10,4% e -4,9%, respectivamente, no segundo trimestre e no mês de junho de 2009. O ICMS é o principal tributo arrecadado pelo governo estadual e, devido à sua importância na composição da arrecadação, uma queda do ritmo da arrecadação desse imposto afeta diretamente o desempenho das receitas tributárias⁹.

No primeiro semestre, em relação ao mesmo período de 2008, a queda da receita tributária no estado foi moderada, -1,85% e -3,5% do ICMS. A suavização dessa queda pode ser explicada pelo crescimento da arrecadação de outros tributos de competência estadual, como o IPVA (+11,7%) e o ITCD (+22%), por exemplo. Quanto à variação real mensal, em relação ao mesmo período do ano anterior, prevalece a tendência de queda da arrecadação do ICMS, iniciada em 2009. Este cenário se fez presente não somente dentro dos limites da arrecadação no estado do Espírito Santo, mas também para outros estados, como, por exemplo, Minas Gerais (-10%), São Paulo (-7%) e Rio Grande do Sul (-22,7%).

Na base de comparação trimestral, percebe-se que somente a arrecadação do ICMS do setor de Energia Elétrica e Demais Fontes (multas e juros), apresenta taxas positivas de crescimento real. Cabe ressaltar que o peso dessas categorias de ICMS na arrecadação total do imposto é relativamente pequeno. Ademais, o crescimento de +64,33% decorre do pagamento de multas e juros do ICMS, em função do Programa de Pagamento Incentivado de Dívidas do ICMS (PPI), constituindo-se, portanto, em receita não recorrente. As demais categorias apresentaram variação real negativa na arrecadação: Agricultura (-28,49%); Indústria (-8,24%); Serviços (-2,47%) e Petróleo, Combustíveis e Lubrificantes (-11,37%). Esses dados podem ser compreendidos ao se comparar o desempenho da indústria e comércio capixaba no mês de junho, em relação a igual período do ano anterior.

O desempenho das transferências correntes não foi diferente do verificado na arrecadação do governo estadual. Em parte, devido à redução da atividade econômica em nível nacional, em parte como reflexo dos incentivos do governo central, com destaque para a isenção de IPI sobre eletrodomésticos, veículos e material de construção, que impactam diretamente sobre os Fundos de Participação dos Estados (FPE) e dos Municípios (FPM). No segundo trimestre de 2009, comparativamente a igual período do ano anterior, verificou-se uma redução no ritmo das transferências do governo federal para o governo estadual¹⁰, em termos reais (Tabela 1). Em relação aos municípios, a única exceção coube à transferência do governo estadual da parcela referente ao IPVA, que apresentou taxa de variação real positiva no trimestre, de +6,9%. No conjunto das transferências estaduais e federais aos municípios capixabas, observou-se quedas de -7,5% e -23,5%, respectivamente.

⁹ Conforme Panorama Número 2, o ICMS representava, no primeiro trimestre de 2009, cerca de 90% da receita tributária do Espírito Santo. No segundo trimestre, este tributo perdeu participação e passou a contribuir com cerca de 80% da receita tributária. Neste caso, merece destaque o efeito sazonal da arrecadação do IPVA, devido a dispositivos legais que estabelecem o cronograma do recolhimento do imposto no segundo trimestre.

¹⁰ Note-se que este desempenho foi compensado, excepcionalmente, pelo repasse do Fundo de Fomento à Exportação (FEX), efetivado em junho de 2009, no valor de R\$ 103,48 milhões. Para maiores detalhes, ver Medida Provisória número 464/2009.

Tabela 1 - Arrecadação Tributária do Estado do Espírito Santo

Tributos	Arrecadação de Impostos Estaduais*				(%)			Pontos Percentuais
	2º trim/2008	jun/08	2º trim/2009	jun/09	Varição Trimestral	Varição Mensal	Participação Relativa	Contribuição Relativa (Trim)
ICMS	1.741.954,09	600.350,62	1.656.318,15	538.086,00	-4,92%	-10,37%	79,10%	-3,89
TAXAS	51.113,33	17.760,68	47.426,31	16.591,00	-7,21%	-6,59%	2,32%	-0,17
IPVA	174.672,26	27.023,42	201.183,94	31.830,00	15,18%	17,79%	7,93%	1,20
ITCD	4.316,50	1.330,76	4.610,83	1.670,00	6,82%	25,49%	0,20%	0,01
OUTROS TRIBUTOS	230.102,08	46.114,87	253.220,08	50.090,00	10,05%	8,62%	10,45%	1,05
TOTAL TRIBUTOS	2.202.158,26	692.580,35	2.162.759,30	638.267,00	-1,79%	-7,84%	100,00%	-1,79
FPE	154.815,33	47.110,01	144.985,19	46.084,17	-6,35%	-2,18%	57,56%	-3,65
ROYALTIES + PART. ESPECIAIS	56.835,76	10.305,15	45.676,70	4.435,29	-19,63%	-56,96%	21,13%	-4,15
IPI-EXPORTAÇÃO	35.958,04	11.572,13	20.872,29	7.223,26	-41,95%	-37,58%	13,37%	-5,61
LC 87/96 (LEI KANDIR)	13.487,62	4.464,11	12.529,33	4.156,74	-7,10%	-6,89%	5,01%	-0,36
FEX	-	-	103.476,85	103.476,85	-	-	0,00%	38,47
CIDE	7.866,54	-	454,11	-	-94,23%	-	2,92%	-2,76
TOTAL TRANSFERÊNCIAS	268.963,29	73.451,41	327.994,46	165.376,31	21,95%	125,15%	100,00%	21,95
Transferências do Gov. Federal aos Municípios Capixabas*								
FPM	186.325,69	56.698,56	174.131,48	55.290,24	-6,5%	-2,5%	65,4%	-4,28
Royalties + Part. Especiais	91.423,72	22.803,89	39.556,05	11.190,25	-56,7%	-50,9%	32,1%	-18,21
LEI 87/96	4.495,87	1.488,04	4.176,44	1.385,58	-7,1%	-6,9%	1,6%	-0,11
CIDE	2.622,18	-	151,37	-	-94,2%	-	0,9%	-0,87
TOTAL UNIÃO	284.867,46	80.990,49	218.015,35	67.866,06	-23,5%	-16,2%	-100,0%	23,47
Transferências do Gov. Estadual aos Municípios Capixabas*								
Quota-Parte ICMS	356.561,95	104.576,72	327.123,50	135.597,23	-8,3%	29,7%	78,7%	-6,50
IPVA	76.704,51	12.074,72	81.963,49	13.219,14	6,9%	9,5%	16,9%	1,16
FRDR	10.855,28	2.257,33	4.467,72	1.591,63	-58,8%	-29,5%	2,4%	-1,41
IPI EXPORTAÇÃO	9.033,81	3.063,18	5.413,47	2.087,44	-40,1%	-31,9%	2,0%	-0,80
TOTAL ESTADO	453.155,54	121.971,95	418.968,18	152.495,45	-7,5%	25,0%	100,0%	-7,54

Fonte: COTEPE/Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional e SEFAZ-ES.

Elaboração: IJSN - Coordenação de Estudos Econômicos.

* R\$ Mil - Preços Constantes Jun/09

EXPECTATIVAS

Gráfico 1

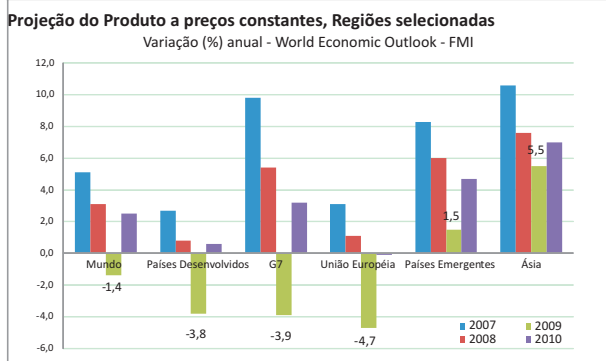


Gráfico 2

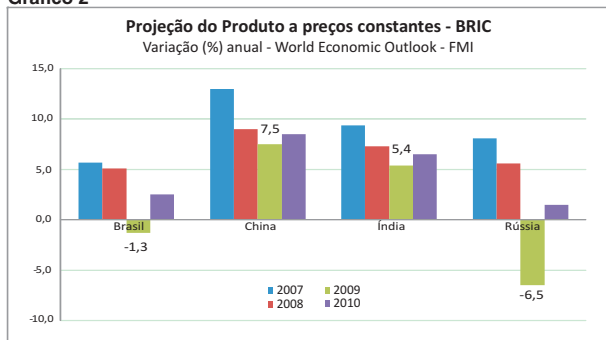
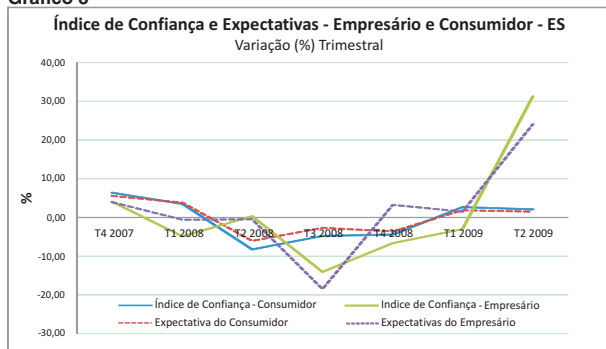


Gráfico 3



Em sua nova projeção para o PIB mundial, o FMI prevê retração econômica de -1,4% em 2009, diferença de apenas -0,1p.p. em relação à sua previsão anterior. Os principais responsáveis por esse cenário são os países da União Européia, que apresentaram expectativas mais desfavoráveis do que as divulgadas no primeiro trimestre e também em relação a outros países: espera-se, atualmente, que o bloco sofra uma contração econômica de -4,7% (gráfico 1).

As melhorias mais significativas nas expectativas do FMI foram constatadas apenas para os países emergentes asiáticos, sobretudo a China e a Índia, que tiveram suas projeções de crescimento revisadas para cima em +1,0p.p. e +0,9p.p., respectivamente. Isso corresponde a um avanço no PIB de +7,5% para o primeiro país e +5,4% para o segundo, (gráfico 2). Já para os outros dois componentes do BRIC, Brasil e Rússia, as expectativas ainda são de retração, sendo que a projeção de -1,3% para o PIB brasileiro não foi alterada.

A previsão de crescimento para o Brasil captada pelo Banco Central a partir da sondagem semanal *Focus*, entretanto, é mais otimista do que a do FMI: variação de -0,34%. As expectativas de inflação e câmbio foram significativamente reduzidas desde o início do ano, abrindo espaço para percepções mais favoráveis quanto à trajetória da taxa de juros. Além disso, o investimento estrangeiro direto, que apresentava expectativas de variação negativa do saldo no início do ano, já mostra sinais de recuperação (tabela 1).

Os agentes capixabas continuam a recuperar a confiança em relação à economia, com destaque para as expectativas e para o índice de confiança do empresário, que foram elevados em +31,35% e +24,07%, respectivamente, em relação ao trimestre anterior (gráfico 3). Com isso, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) acredita que as empresas irão retomar seus investimentos. Já para os consumidores, o aumento foi de +2,14% para o índice de confiança e +1,55%, para as expectativas.

Tabela 1 - Expectativas do mercado

Agregado - Mediana	Data da previsão para 2009		Comportamento	
	14/08/2009 (1)	2/1/52009 (2)	(1)-(2)	
Top 5				
IPCA (%)	4,37	5,00	↓	-0,63
IGP-DI (%)	-0,31	5,50	↓	-5,81
IGP-M (%)	-0,63	5,26	↓	-5,89
Taxa de câmbio - fim de período (R\$/US\$)	1,85	2,25	↓	-0,40
Meta Taxa Selic - fim de período (%a.a.)	8,75	12,00	↓	-3,25
Outros				
PIB (% de crescimento)	-0,34	2,40	↓	-2,74
Produção Industrial (% de crescimento)	-7,18	2,70	↓	-9,88
IPC-Fipe (%)	4,11	4,72	↓	-0,61
Taxa de câmbio - média do período (R\$/US\$)	2,01	2,25	↓	-0,24
Meta Taxa Selic - média do período (%a.a.)	9,81	12,33	↓	-2,52
Dívida líquida do Setor Público (% do PIB)	42,00	37,00	↑	5,00
Conta Corrente (US\$ bilhões)	-15,00	-25,00	↑	10,00
Balança Comercial (US\$ bilhões)	23,00	14,50	↑	8,50
Invest. Estrangeiro Direto (US\$ bilhões)	25,00	23,00	↑	2,00
Preços Administrados (%)	4,25	5,10	↓	-0,85

Fonte: Focus - Relatório de Mercado - 02 de janeiro de 2009 e 14 de agosto de 2009
Elaboração: IJSN - Coordenação de Estudos Econômicos.